



DL-01

Ses. Esp. 04/04/12

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial com o objetivo de debater a regulamentação estadual, diretrizes e procedimentos da pesca e aquicultura, proposta pelo nobre deputado Mário Negromonte Júnior.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Deputado Mário Negromonte Júnior, proponente da sessão; o representante do governo do Estado e do secretário da Agricultura, Sr. Isaac de Almeida; o Exmº Sr. Deputado Cacá Leão; a Srª Procuradora Jurídica da Secretaria do Meio Ambiente, Vanessa Lima, representante do secretário, Sr. Eugênio Spengler; o diretor técnico da Bahia Pesca, Jorge Figueiredo; o chefe de gabinete do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Iema, Sr. Edson Ribeiro dos Santos; o presidente da Associação dos Piscicultores de Paulo Afonso, Sr. José Carlos Feitosa.

Tendo em vista compromissos assumidos anteriormente, passarei a presidência dos trabalhos, inicialmente, ao deputado Cacá Leão; depois, o deputado Mário Negromonte Júnior conduzirá os trabalhos. No final da sessão especial, provavelmente, farei o encerramento.

Gostaria de dar as boas-vindas a todos que estão presentes.

Gostaria de convidar, a pedido do deputado Mário Negromonte Júnior, o Sr. Emílio, representando a Federação dos Pescadores e Aquicultores.

Registro as presenças do deputado Joacy Dourado e do vereador Isnard Araújo, do PRB. Sua presença nos honra muito.

Desejo-lhe uma boa sessão especial, deputado Mário Negromonte Júnior. Apesar do primeiro mandato, V.Exª tem sido uma revelação aqui, no Parlamento. Jovem estudioso, tem feito um mandato exemplar.



3034-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. Mário Negromonte Júnior

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao deputado Mário Negromonte Júnior, e passo a presidência dos trabalhos ao deputado Cacá Leão.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Bom-dia a todos!

Todos calados, esperando ouvir o que temos para dizer, mas podem manifestar-se também. Podem até dar um bom-dia mais forte para começarmos os trabalhos com mais energia.

Gostaria de saudar o presidente da sessão, nosso querido amigo Cacá Leão, deputado também da região de Barra, que conhece bem as dificuldades dos piscicultores do Rio São Francisco na Barra e dos pescadores de Lauro de Freitas. Agradeço-lhe por participar desta sessão especial; saudar o meu amigo e representante do governador Jaques Wagner e do secretário da Agricultura nesta sessão, dupla representação importante, Isaac Albagli, nosso querido amigo presidente da Bahia Pesca, que temos aqui hoje. E gostaria, Isaac, de parabenizar o seu trabalho, o seu esforço, obviamente que precisamos avançar e muito ainda na questão da pesca e aquicultura do Estado.

Estivemos, inclusive, com o ministro da Pesca, Marcelo Crivella, que acabou de assumir, ele ouviu, o deputado Mário Negromonte esteve lá presente também, o ex-deputado Zé Carlos da Pesca e outros deputados de outras matizes políticas estiveram também e, na oportunidade, solicitamos alguns mecanismos, algumas ferramentas para que pudéssemos potencializar. Eu irei falar um pouco deles depois, mas gostaria de parabenizá-lo, Isaac, e desejar que você continue intensificando cada vez mais o trabalho da Bahia Pesca para que possamos trazer um alento, mais do que isso, trazer esse desenvolvimento que queremos para a nossa Bahia pelo potencial que temos aqui na Bahia.

Abraçar aqui também a Sr^a Vanessa Lima, procuradora jurídica, que muito bem representa aqui o nosso secretário Eugênio, que me ligou se desculpando porque não pôde



estar presente, mas mandou aqui a procuradora que está coordenando toda essa questão da regulamentação da pesca e aquicultura na Sema – Secretaria do Meio Ambiente –, portanto uma pessoa muito importante nesse processo e que vai nos ajudar.

Querido amigo, diretor técnico da Bahia Pesca, Jorge Figueiredo, que também tem muito contribuído para a pesca e para a piscicultura do Estado, tem feito um grande trabalho. Quero parabenizá-lo e também desejar que possa intensificar cada vez mais para que possamos caminhar a passos largos nesse setor; abraçar aqui também o Sr. Edson Ribeiro dos Santos, Chefe de gabinete do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Inema –, agradecer também pela presença e parabenizá-lo pelo trabalho. Nós vamos precisar muito da sua ajuda, sobretudo nessa questão do licenciamento.

Quero também aqui deixar registrado um abraço ao nosso querido amigo Zé Carlos da Pesca, que há pouco tempo representou a Bahia como deputado federal da pesca. Motivo de muito orgulho para nós do Partido Progressista e para muitos pescadores e piscicultores. Infelizmente, não pôde estar presente conosco hoje, mas está aqui representado o nosso querido amigo, um batalhador, Zé Carlos tem sido um batalhador pela pesca, e conseguiu, através disso, ser um dos suplentes mais votados ou um dos pretendentes mais votados na última eleição. Tenho certeza que a luta que iniciamos hoje, esta discussão, é uma luta que ele tem travado faz muitos anos. Ele gostaria muito de estar aqui conosco, mas esteve durante esses dias todos contribuindo para este debate.

Portanto, quero deixar aqui registrado o meu imenso agradecimento a essa contribuição do nosso querido amigo Zé Carlos da Pesca, que é o presidente da Federação, mas está aqui representado pelo vice-presidente, nosso querido amigo, pescador, Emílio Vieira Alves, que é um grande amigo nosso e tem também, com ele, travado lutas importantes e conquistado alguns espaços, mas acredito que precisamos avançar muito mais ainda na questão da pesca. Vamos tratar sobre isso aqui.

O meu querido amigo, presidente da Associação de Piscicultores de Paulo Afonso, minha cidade natal, José Carlos Feitosa, querido parceiro, também lutador pela piscicultura da região. É uma região que, realmente, tem precisado de um olhar especial, sobretudo para essa questão do licenciamento – vamos agora falar um pouco sobre isso – mas agradecer em



seu nome a todos os amigos aqui de Paulo Afonso, a todos os piscicultores e a todos os pescadores, técnicos, chefes da Bahia Pesca, chefes de residências, gerentes, subgerentes que estão aqui, de todas as regiões da Bahia, que vão contribuir também com esse debate.

Quero agradecer ao nosso querido amigo Marcelo Nilo por ter autorizado, ter aceitado esta sessão especial, e todos os membros da Mesa da nossa Casa Legislativa, e dizer a vocês que a luta para que essa lei se tornasse realidade, falei um pouco aqui, não começa agora. Acredito que muitos de vocês pescadores e piscicultores sonham com essa regulamentação. Isso vem de muito tempo. Vou aqui defender... não quero ser pai dessa lei, mas acho que ela teria que vir para discussão nesta Casa. Acredito que talvez vocês não saibam, alguns já sabem, quem participou na secretaria itinerante deste ano da Câmara Setorial da Pesca e da Aquicultura pode conhecer um pouco dessa questão da regulamentação. Como isso está acontecendo? Aqui foi votado, nesta legislatura, o projeto de lei de licenciamento ambiental – as terras, a questão da LAC, que vou falar um pouco mais para frente. Estive conversando com o secretário Eugênio, secretário do Meio Ambiente, da importância, desde aquele momento, de incluirmos a pesca e a aquicultura no bojo daquela lei para que fosse regulamentada. O secretário, naquele momento, convenceu-me de que não deveriam ser colocadas ali a pesca e a aquicultura. Por quê? Porque elas devem ser tratadas de forma específica. Eu defendo que as duas devem ser tratadas juntas – pesca e aquicultura juntas. Mas entendi que deveria haver esse desmembramento das questões das terras e das questões das águas. Tudo bem, entendi. Aceitei, mas disse ao secretário e tive o compromisso dele de que iríamos fazer esse debate ainda este ano, ainda neste primeiro semestre para que acabássemos com algumas injustiças que estão acontecendo no nosso Estado. Hoje existe a discussão dentro da Sema, da Secretaria do Meio Ambiente.

Quero parabenizar o secretário que está honrando o compromisso que foi firmado conosco, com a Bahia Pesca, inclusive, nessa câmara setorial, que foi promovida pelo presidente Isaac Albagli e teve o convite do secretário Eduardo Salles para também estar presente, e que não pôde estar aqui, mas gostaria muito de vir, porque está muito imbuído para que essa lei se torne realidade. O secretário Eugênio também falava disso lá.



As discussões estão acontecendo, a parte técnica. Mas precisamos ouvir quem está na ponta, quem está passando pela dificuldade. É muito fácil para mim, que estou no meu gabinete com ar condicionado, mas vocês... Inclusive tenho ido visitar alguns piscicultores e algumas problemáticas dos pescadores também.

Quero separar aqui um pouco... vou falar primeiro da aquicultura e depois da pesca. Para a aquicultura, o que temos aqui de sugestão para dar... Eu gostaria... depois eu vou passar, de forma oficial para o nosso presidente Isaac Albagli e depois para o secretário de Meio Ambiente, para a procuradora, para que possamos formalizar tudo o que aqui está sendo colocado. Na aquicultura, o que precisamos observar é obviamente a questão da municipalização do licenciamento do meio ambiente. Essa medida viria evitar a ida dos aquicultores, piscicultores para a capital para que sejam tiradas essas licenças ambientais, e até para a capital federal que, às vezes, alguns licenciamentos estão lá no Ministério da Pesca. Este é o primeiro gargalo. Já iria facilitar muito se tivesse o licenciamento no seu município. Inclusive iria reduzir a questão de gastos com transporte e, também, não tomaria o tempo dos produtores que precisam estar ali vigilantes e fiscalizando a sua produção. Acredito ser uma atividade que tem de ter uma atenção muito grande no dia a dia e precisa mantê-los na cidade, sobretudo os piscicultores.

É necessário que o Estado faça também a capacitação e o treinamento dos funcionários da prefeitura. Falava muito isso com Isaac. Obviamente, os prefeitos vão ter de priorizar. Não é verdade? Tenho certeza de que os prefeitos de Glória e de Paulo Afonso – cidades com a maior produção de tilápia na Bahia e, ao meu entender, no Brasil – tomarão outra posição. Quando atualizar os índices de produção de 2010, as cidades de Glória e Paulo – juntas – passarão o estado do Ceará. E a Bahia será o maior produtor do Brasil. Não tenho dúvida disso.

Mas nós precisamos fortalecer a questão dos conselhos como criar, por exemplo, o conselho de meio ambiente. E, se possível, ainda um conselho de piscicultura e um conselho de pesca para que seja tratada e se tenha a capacitação deles. O estado tem condições, hoje, de ter essa capacitação. Existem técnicos hoje. Acho que não será nenhum custo para o estado. Acredito ser até um serviço para este setor que tem sofrido muito. O objetivo disso é



criar um corpo técnico e um órgão ambiental forte nos municípios – que possuam esses conselhos – mas possam potencializar e ajudar as colônias e as associações de piscicultores. Este é o gargalo que impediu, em minha opinião, a efetivação deste projeto de municipalização até hoje.

Existe a questão da Lei Complementar nº 140 que fez esta questão de competência, melhor, que regulamentou a competência do município. Isso já existia há muito tempo. Mas se não houver a capacitação desses técnicos, não vamos para frente. Existirá, sempre, a competência do município. Mas não vamos caminhar para a frente, pois existirá o projeto sem a sua aplicabilidade.

Sr. Presidente, gostaria de registrar as presenças das nobres deputadas Luiza Maia e Maria Luiza Laudano. Agradeço pelas presenças. Tenho certeza de que vão contribuir conosco aqui neste debate.

Cada prefeitura deve observar as suas prioridades como estava relatando. Tenho de dizer a vocês: este é um trabalho que precisamos, junto com o presidente da UPB, poder incentivar e desmistificar este problema. Os prefeitos – obviamente os prefeitos do litoral ou beirando os demais rios – precisam colocar a pesca e a piscicultura como prioridades para o nosso estado. Os prefeitos precisam ajudar e ajudar a capacitar essas pessoas ou essas associações.

Nós vamos levar este pedido também ao nosso querido presidente da UPB, nosso querido prefeito de Camaçari para que eles possam nos ajudar também nesta luta. Quanto a Caetano, eu tenho a certeza de que ele será sensível.

Lembro o pré-requisito obrigatório para aquisição da licença: o título da posse da terra. Esse também, senhores, é o grande gargalo para os piscicultores e apicultores. Srs. Presidente e Cacá Leão, eu acho que uma solução para isso – queria que a Bahiapescas e o Sema analisasse isso – a solução seria trazer um desmembramento desses títulos, principalmente na região de Paulo Afonso e regiões que beiram o rio São Francisco, porque são concedidos a grupos de pessoas e não individualizados por produtores. Esse tem sido um grande gargalo e quero dizer a vocês que nessas regiões de piscicultura há outros problemas,



como a questão da lâmina d'água. Todos nós aquicultores e piscicultores sabemos que há um limite para se produzir, imposto por lei, é 1% da lâmina d'água.

Quero fazer uma crítica construtiva, principalmente Paulo Afonso, porque nossa região faz divisa com Alagoas, Sergipe e Pernambuco, e essas licenças nesses Estados estão saindo mais rápido do que no nosso, infelizmente. E temos 1% da lâmina d'água para poder ocupar. Se essas licenças saírem mais rápido do que a nossa, eles vão ocupar essa lâmina d'água e a Bahia não vai poder botar tanque e rede na água. Imaginem se isso acontecer e começarmos a perder, os nossos aquicultores e piscicultores, para os Estado de Pernambuco Alagoas e Sergipe. Começar, não, isso já está acontecendo.

Então é importante que essa lei seja regulamentada nesse sentido para que haja esse alinhamento com os órgãos fiscalizadores, com as prefeituras, que saiam do papel e essas pessoas não sofram mais do que já estão sofrendo. E vou dar um exemplo para que vocês entendam o que estou dizendo. Eu estive em Paulo Afonso, tenho um respeito muito grande pelo Ministério Público, sou advogado, respeito os poderes, estamos aqui representando o Poder Legislativo, somos independentes e há uma harmonia entre os poderes, mas quero fazer aqui uma crítica. O Ministério Público foi à região, tem ido e andado em todas as regiões da Bahia, acompanhado de órgãos fiscalizadores do Estado e do governo federal, todos eles sabedores das dificuldades dos piscicultores baianos que estão tentando a licença ambiental desde 1994. Então, se eles hoje estão na ilegalidade, se eles hoje não têm a segurança jurídica, não é por culpa deles, nem por falta de encaminhamento do pedido para liberação ambiental...

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Sr. Presidente, uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Pois não, deputada.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Gostaria, presidente, de estar aqui nesta sessão importantíssima, mas, como V.Ex^a sabe, faço parte da Mesa Diretora e haverá uma reunião agora para a apreciação de projetos, por isso terei de me afastar, mas acredito que antes do final da sessão estarei aqui para corroborar com o deputado Mário Negromonte e com todos que estão aqui. Essa proposta é realmente importantíssima para nossos municípios e



precisamos contar com o apoio do Governador Jaques Wagner, com os secretários e diretores do governo para que a gente possa levar a pesca para nossos municípios.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Muito obrigado, deputada, faço votos que a reunião da Mesa corra bem e espero a senhora voltar para estar conosco aqui.

Como estava dizendo, é muito fácil saber desses problemas todos, e fazer uma comitiva, uma força-tarefa, como se falou, e sair por essas regiões da Bahia afora, prendendo piscicultor, prendendo pescador, como feito em Paulo Afonso. Tive de ir para lá, Isaac, para poder debater e bater de frente com esse problema, porque naquele momento o Ministério Público não teve a hombridade de fazer nenhum TAC com nenhum piscicultor, isso é um absurdo, fazer um termo de conduta para dar um prazo de um ano ou dois anos para se ter a licença ambiental, isso é inadmissível, isso é injusto com os piscicultores.

É por isso que temos defendido que essa licença ambiental saia da forma mais rápida possível, mas tenho certeza de que aquela luta foi travada, tivemos ali o maior respeito possível, convidei até o Ministério Público para estar presente, e se estivesse eu falaria com o mesmo entusiasmo e da mesma forma como estou falando aqui na ausência deles.

Mas quero dizer que existem também outros pontos importantes que a gente precisa analisar no sentido de dar legitimidade aos piscicultores para garantir o cadastramento deles junto aos órgãos fiscalizadores, pois sabemos que esses órgãos junto ao Ministério Público, como acabei de dizer, estão tendo toda essa questão de estar indo a localidades, multando, prendendo os piscicultores.

Então, precisa ter o encontro de contas, Isaac, para que eles saibam, e de forma oficial, como está acontecendo essa questão da legalidade, para que eles não causem esses constrangimentos, inclusive, de órgãos do governo do Estado, para que não cause constrangimentos ao próprio governador Jaques Wagner.

Em seguida, dar celeridade à emissão das licenças ambientais, como eu estava dizendo, para que não haja evasão dos piscicultores no nosso Estado. É um problema seriíssimo, muitos deles chegaram aqui dizendo que iriam para Alagoas, para Sergipe, para



Pernambuco. Tenho certeza de que o governador do Estado não quer que aconteça isso, então, a Sema está sabendo dessas questões.

Quero tocar em outra questão importante que é o sobre o APP. O novo Código Florestal vai ser votado, inclusive, estivemos lutando aqui para a exclusão do artigo que fazia uma supressão que iria deixar o Estado sem produzir durante cinco anos. Lutamos aqui, o nosso partido, o Partido Progressista, com todos os deputados, e conseguimos a exclusão dessa moratória de cinco anos que queriam impor ao nosso Estado, sem produzir durante cinco anos, mas o projeto está lá, está sendo tocado. Acho que precisamos antever esse projeto, fica aqui a sugestão.

Bom, já que o novo Código Florestal irá anistiar muitos casos de áreas de preservação permanente, ou seja, as APPs, acho que poderíamos, principalmente na região do São Francisco, na região de Paulo Afonso, onde existem muitos galpões e estruturas construídas, trabalhar a proatividade dessa legislação que está por vir, no sentido de incluir no conteúdo dispositivos que venham resguardar essa anistia. Não adianta fazer uma lei aqui, agora, e depois o Código Florestal fazer outra e haver nova discussão aqui só desse tema da APP. Então, não sei se vocês estão discutindo essa questão, faço essa sugestão.

Ainda a questão do uso dos reservatórios para a hidroelétrica, pois existem alguns critérios para a utilização dessas áreas, nas resoluções do Conama n°s 302 e 303, o que incide sobre as APPs e as matas ciliares, pois, a depender do tamanho dos reservatórios, se forem muito grandes, por exemplo, as suas instalações devem estar a 500 metros da água. Isso gera um transtorno e é algo que precisa ser revisto. Nesse sentido, devemos sinalizar para que essa regulamentação da pesca, que está por vir, ajuste o cálculo que determina essas distâncias, para que não haja esse problema.

E aí queria entrar na questão da LAC, que é a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso, aprovada aqui por nós deputados quando votamos a Lei do Meio Ambiente. Pois bem, essa LAC significa a aquisição da licença ambiental pela internet. Eu até já falei com o secretário Eugênio que essa iniciativa vai representar uma grande evolução. Mas, por outro lado, precisamos ter muito cuidado. Por quê? É uma grande iniciativa? É excelente,



porém ela pode permitir brechas a algumas informações equivocadas. Portanto, é preciso um andamento *pari passu*.

Há a fiscalização do Estado. Você imagine como este vai fiscalizar esse licenciamento ambiental pela internet; não vai ser fácil. Então o que sugerimos? Que se faça o contraponto entre a LAC e a municipalização da lei. Para muitos, a utilização da internet é um grande desafio grande, mas é também uma grande iniciativa. Contudo, sem a municipalização acredito que a fraude possa existir, e o Estado não tem interesse que isso ocorra. Portanto, são necessárias essas duas formas conjuntamente.

Vamos para a questão da pesca. Sr. Presidente Cacá Leão, Isaac e todos os demais que compõem a Mesa, acredito que é necessário observar o cadastramento dos pescadores. E aqui quero dizer o seguinte: se o Estado disponibiliza recursos ao Ministério da Pesca para que se dê estrutura às pessoas, acho mais do que justo que esse cadastramento seja feito pelo Estado. Outros estados já estão fazendo, então por que a Bahia também não fazer esse cadastramento?

Como a Bahia Pesca vai potencializar esse setor se o nosso Estado não tem esse cadastramento atualizado a todo momento? Se ele não sabe se o Seguro Defeso está chegando mesmo ao pescador? Ora, quantos pescadores foram ao meu gabinete dizer que não têm esse seguro? Eles são pescadores.

Eu, o deputado Mário Negromonte, o presidente Isaac e Zé Carlos da Pesca conversamos e comentamos sobre a importância dessa delegação – não é isso, Isaac? – ao Estado para fazer esse cadastramento.

Fica também essa sugestão, porque, na verdade, o Seguro Defeso não existe sem o cadastramento; e este não existe sem o Seguro Defeso. Um depende do outro.

É uma sugestão. Não quero atacar ninguém nem fazer crítica nenhuma à gestão, mas, como fiscalizador que sou, além de legislador sou fiscalizador do dinheiro público, principalmente do governo do Estado. E se algum pescador vai ao meu gabinete dizer que não está recebendo seguro defeso, ou que o cadastramento não está sendo feito a contento dele, me desculpem, não quero atacar ninguém, mas também não quero incorrer, lá na frente,



não quero ser condenado por omissão ou de estar prevaricando, não quero correr esse risco. Por isso estou aqui prestando contas daqueles que foram lá no meu gabinete.

E temos que saber, com isso, Sr. Presidente, a real condição dos pescadores. Com esse cadastramento eu acredito que vai se ter um controle do Estado, para, como estava dizendo, ter diretrizes, fazer um planejamento de uma forma muito mais específica, atacar o problema onde existe e a gente poder solucionar outros problemas.

Então, é essencial que se tenha esse tipo de iniciativa. E nós não vamos parar aqui não. Eu vou, inclusive, pedir audiência ao governador Jaques Wagner para tratar desse ponto, especificamente. Já temos uma audiência com o ministro, na próxima semana, e depois eu irei entrar em contato com os pescadores, através das federações, das colônias, para dizer o que estamos fazendo, ou até a própria Bahia Pesca pode dar essa informação.

Quero agradecer a presença da deputada Maria Luiza, por estar aqui contribuindo com o nosso debate.

Então, acredito que resolvendo essa questão da pesca, nós vamos avançar em outros temas. E como não tem, ainda, uma questão de legalização definida para esse setor, Sr. Presidente, que não mexe com a questão de tanques-redes ali, eu acho que o que o governo está fazendo é bom, mas precisamos ampliar. Por exemplo, nós temos aí dois terminais, cada um com 9,5 milhões e meio de investimentos. Aqui o terminal de Salvador, o terminal de Ilhéus, sendo concluído, e o que nós solicitamos, o terminal do Extremo Sul.

Nós sabemos da nossa costa, nossa costa é de 1.200 Km, a maior costa do Brasil. E em outros estados com menor costa existem terminais pesqueiros em número até um pouco maior que o nosso. Mas acredito que vamos avançar nesse setor e quero parabenizar Isaac, porque tem buscado incrementar esse setor. Mas precisamos fazer mais terminais, porque o terminal, não é só o terminal. Ali as embarcações que vêm de fora geram divisas, eles pagam impostos, há o cadastramento, tem unidade de beneficiamento, tem a questão de gelo, tem toda uma estrutura, um aparato para o pescador que é um negócio impressionante. Então é lógico que precisamos ampliar isso e Isaac tem buscado essa ampliação e nós vamos estar também nessa luta, Isaac.



O número de pescadores que nos passaram está em torno de 105 mil pescadores, piscicultores em torno de 5 mil. E sabemos que precisamos ampliar muito, criar políticas públicas nesse setor, proposições, indicações de parlamentares, mas se não avançarmos na questão da lei ambiental para os piscicultores, no cadastramento dos pescadores, o cadastramento sendo do Estado, acho que não vai adiantar avançarmos nas políticas públicas.

Digo a vocês aqui, pelo que eu tenho visto de problemas nesses dois setores, está aqui o divisor de águas para a piscicultura e para a pesca. Esse é o grande momento, e não é à toa que nós realizamos esta sessão especial, na Semana Santa. A Semana Santa é a semana em que mais os piscicultores e os pescadores trabalham.

Vocês, vindo aqui, lotando o Plenário, é uma demonstração para nós, legisladores, para o governo do Estado e para os órgãos que dizem que fiscalizam e que tratam desses setores que vocês precisam de respeito, e tenham a esperança de que vamos fazer o melhor possível para atender às suas exigências.

Mas cabe a nós respeitar esse gesto de vocês de saírem de suas casas na Semana Santa para virem aqui e fazermos a melhor, não a possível, não, lei ambiental do Brasil. Porque já foram feitas muitas outras leis em outros estados e temos a oportunidade de tê-las como balizamento para que possamos fazer a melhor lei do Brasil.

Eu tenho esperança e me coloco à disposição para que possamos fazer justiça a muitos que estão aqui e a muitos que estão trabalhando há muitos anos nesse setor, ajudando a Bahia a crescer, ajudando a economia do nosso Estado e ajudando a economia do nosso Brasil.

Portanto, temos que parar de ver o pescador e o piscicultor, principalmente o pescador, como coitadinhos. Temos que vê-los, agora, como grandes empreendedores, pessoas capazes de empreender e de ajudar, e muito, a economia do município e do nosso Estado.

Eu falei muito aqui, mas falo com emoção, porque sou filho de uma região que está sofrendo com isso diariamente, mas com muita esperança de que vamos enfrentar toda essa etapa. Não vamos queimar etapas. Vamos envolver os piscicultores e os pescadores



nesse processo, como deve ser feito. Temos que ouvir quem está na ponta para podermos ouvir o problema, tentar entender de uma forma mais efetiva e dar uma solução a isso.

Esse foi o grande objetivo nosso ao propor essa audiência pública: que possamos, antes mesmo de ser mandado o projeto a esta Casa, ter informações importantes para os setores que vão fazer, que vão tratar sobre isso e balizá-los sobretudo no que é de mais importante.

Uma boa Semana Santa para vocês. Que vocês possam ter uma boa produção e uma boa venda de seus peixes nesta Semana Santa. Que Deus possa iluminar todos os peixes de vocês e nos iluminar, sobretudo na elaboração desta lei.

Um grande abraço e fiquem com Deus. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3035-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. Emílio Vieira Alves

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura. proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Antes de passar a presidência dos trabalhos ao nobre deputado Mário Negromonte Júnior, gostaria de parabenizá-lo por esta sessão e dizer da minha alegria de poder participar ao seu lado desse momento que, com certeza, mexe com a vida das pessoas.

É por isso que estamos, aqui, preocupados com a questão da aquicultura e da pesca. Então, passo a presidência da sessão, neste momento, para o deputado proponente, querido amigo deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agradeço ao querido amigo deputado Cacá Leão por ter assumido a presidência dos trabalhos. Mas como falei demais, vou adiantar e passar a palavra aos oradores, os convidados para a Mesa.

E vamos começar com o vice-presidente da Federação dos Pescadores, Emílio Vieira Alves.

O Sr. EMÍLIO VIEIRA ALVES:- Bom- dia. (Pausa) O bom-dia está fraco, não é bom-dia de pescador não. Bom-dia! Estou falando porque temos aqui 10 pescadores da Colônia Z-8, de Conceição.

Primeiro, agradeço a Deus por estarmos aqui. Parabenizo a Mesa na pessoa do deputado presidente da Assembleia Marcelo Nilo e também dos deputados Cacá Leão e Mário Negromonte Júnior. Fico lisonjeado por ser convidado para participar desta sessão especial, mas gostaria de dizer, Mário, que a questão da pesca é muito mais do que você já está vendo.

Para começar, veio da nossa região o pescador ativo, fique em pé aí Cosme. Ele tem 77 anos e ainda está na ativa e acabou de ser condenado pelo Banco do Nordeste em função de uma embarcação que comprou há mais de 15 anos. O Banco do Nordeste agora resolveu condená-lo e colocou seu nome no SPC e tudo o mais. Essas são algumas questões.



Quero parabenizá-lo por sua ideia que é muito boa. Esperamos que as leis possam realmente ser efetivadas no nosso Estado. Temos a maior costa do Brasil, a maior lâmina d'água do país. Agora na Semana Santa, se observarmos bem, passei no Mercado do Peixe e tem lá carretas e mais carretas vindas de outros Estados para a nossa capital. Porque as políticas, apesar do empenho da Bahia Pesca, do presidente Isaac, também está ali o Marcos Rocha, um baluarte da pesca na Bahia que lutou por muitos anos, mas é preciso se efetivar políticas públicas para a pesca na Bahia. Se não efetivarmos políticas públicas com mais seriedade, com mais intensidade, vai ficar difícil sobrevivermos num Estado que tem 1.200 Km de costa.

Para melhor dizer, deputado, lembro que, há 3 anos, aqui no Centro Administrativo, o governador colocou para o nosso secretário Eduardo Sales a inclusão da pesca na Secretaria da Agricultura, o que acho pouco. Na minha concepção, a Bahia necessita de uma secretaria da pesca e aquicultura. Nós precisamos urgentemente de uma secretaria da pesca e aquicultura. Imaginem que Estados bem menores que o nosso têm secretaria da Pesca e nós não temos.

Então vou deixar a sugestão para que os nobres deputados Cacá Leão e Mário Negromonte Júnior possam efetivar essa lei para que seja criada a secretaria da pesca para o nosso Estado.

Sabemos que estão sendo construídos dois terminais pesqueiros, mas ainda é pouco, Isaac sabe disso. Temos toda região do São Francisco que está aí e é preciso fazer muita coisa. E por mais que a Bahia Pesca faça ainda é pouco. Você há de convir que a Bahia é um país. Existem muitos países no mundo que são bem menores que a Bahia. Em pequenos Estados você vê que as pessoas fazem comparação, não diria imbecil, mas uma comparação injusta quando se compara a pesca de Santa Catarina com a pesca da Bahia, não tem nada a ver. Santa Catarina tem 99% da pesca, é um estado industrializado, existe uma política pesqueira voltada para a indústria da pesca, o que não existe na Bahia. Noventa e nove por cento da nossa pesca é artesanal. E se não houver uma política pública voltada para a pesca, vai ser muito difícil a gente prosseguir.



É louvável a sua atitude com essa nova lei, você nasceu numa região que é produtora e todos nós sabemos que hoje não temos outra saída a não ser a piscicultura e a aquicultura, porque os nossos estoques, o nosso amigo Pantaleão está aqui e sabe, já saímos para pescar em 2.800 metros de profundidade, está difícil pegar peixe no mar porque não se faz uma fiscalização efetiva. E volto a dizer, a política pública está voltada para um contexto geral, fiscalização, capacitação e uma introdução maior do governo na questão da pesca.

Sempre agradecemos ao ex-presidente Lula pela iniciativa de criar a lei da pesca, mas observamos que não está sendo cumprida. Os Srs. Deputados deveriam ficar atentos porque tudo que foi discutido, temos vários amigos aqui que estavam lá na primeira, segunda e terceira conferência em Brasília, que fosse criada a lei pesca aqui na Bahia, o Ministério da Pesca foi implantado aqui na Bahia, mas estamos sendo pisoteados, deixados de lado pelo que vem acontecendo com o Ministério da Pesca, que tem feito muita coisa mas muita coisa ainda precisa ser feita. Isaac está ali, ele sabe a luta que tivemos para que o cadastramento fosse feito, mas a gente observa que não houve critério para o cadastramento, e isso precisa ser levado a sério, precisa ter uma dinâmica maior do próprio governo, da Câmara dos Deputados para que possamos ter uma política pública mais efetiva na pesca artesanal.

Uma outra coisa que precisamos observar e ter muito cuidado, Isaac está fazendo um bom trabalho com o Bijupirá, que vai ser a bola da vez, mas precisamos ter cuidado porque nós, pequenos produtores que somos, pescadores artesanais precisamos ter uma participação mais efetiva. Isaac acabou de me dizer, eu estava tendo alguns problemas com presidentes de colônias que me cobravam, você está lá perto da Bahia Pesca, procure saber como está saindo esse edital, se é só para cooperativa. Isaac acabou de me dizer que não, o edital é também para as colônias. Então, isso nos deixa mais aliviados, espero que realmente possamos desfrutar dessa nova tecnologia que é a pesca em cativeiro.

Quanto à capacitação tem sido feito muito pouco ainda, apesar do esforço da Bahia Pesca. Conheço a luta da Bahia Pesca há muitos anos, Isaac chegou há 2, 3 anos e precisa ser feito muito mais. O governo e os deputados precisam estar mais voltados para essa capacitação porque não é só você criar um projeto e chegar lá com um barco bonito, cheio de equipamento e o cidadão não saber usar. A capacitação é muito importante e precisamos dela



o mais urgente possível. Não quero me estender muito porque sei que o tempo está pouco, mas a questão da pesca é muito abrangente e precisa ser amplamente discutida.

Quero parabenizar o meu pessoal da Colônia de Pescadores Z-8, como o deputado falou, não é fácil você sair da sua base, hoje, quarta-feira santa, dia de estar lá puxando seu peixinho para fazer a sua moqueca. Mas vejam vocês a importância que damos e estamos, aqui, parabenizando pelo seu trabalho.

Que Deus os abençoe e sejamos muito felizes.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Mario Negromonte Júnior):- Agradeço, Emílio, pela sua participação e o parabenizo pelo seu trabalho.

(Não foi revisto pelo orador.)



3036-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. José Carlos Feitosa

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mario Negromonte Júnior):- Quero saudar algumas pessoas como o major Machado, comandante da Polícia Ambiental que representa aqui o Coronel Castro, e, ao mesmo tempo, quero chamá-lo para compor a nossa Mesa.

Registro, também, a presença do querido amigo vereador Jaques Cantoril, lá de Sobradinho, que tem trabalhado muito com a piscicultura na região. Temos ajudado, em contrapartida, com novos tanques e redes e isso tem potencializado a piscicultura na região.

Quero, também, saudar a presença de Luís Orleans que representa o nosso querido senador Walter Pinheiro. Ele tem um olhar muito especial para a pesca. E não é à toa que mandou um representante. Gostaria de que o senhor enviasse todo o nosso abraço, admiração e, ao mesmo tempo, parabenizo pelo trabalho do nosso querido amigo e senador Walter Pinheiro.

Destaco aqui algumas associações e, ao mesmo tempo, agradeço pelas presenças neste dia tão importante economicamente para vocês como a Associação dos Pequenos Criadores de Peixe Lagoa do Junco, Associação dos Pescadores e Apicultores de Malhada Grande, Avabri, Associação Comunitária Jovens Rurais São Bento, Ouroilândia, Colônia de Pescadores e Apicultores Z-II de Itapagipe, Colônia de Pescadores Z-67, Aquipes, Sindicato dos Produtores Rurais de Ibirataia, APAG, Valença, querido Agostinho, Associação dos Pequenos Criadores de Sítio do Tará, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, Associação Comunitária da Cachoeira Grande, Diretoria de Pesca de Itacaré, APPM de Macajuba, Aquicultores Natarele, Cosbrapa e as outras falaremos no decorrer da sessão.

Com a palavra José Carlos Feitosa, presidente da Associação de Piscicultores de Paulo Afonso, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. JOSÉ CARLOS FEITOSA:- Bom-dia. Quero cumprimentar o nosso deputado Mario Negromonte Júnior e, em nome dele, cumprimento a Mesa, como também



estendo este cumprimento aos meus amigos piscicultores que estão aqui de Paulo Afonso e de toda a região da Bahia e os pescadores que aqui também se encontram.

Como disse o nosso deputado Mario Negromonte Júnior, Paulo Afonso está, hoje, em uma situação de calamidade no que diz respeito à piscicultura, porque a Associação Lago do Junco, da qual sou presidente, foi fundada em 1995 e, até hoje, não conseguimos trabalhar legalmente, sempre recebendo pressão. Como se disse, em novembro do ano passado, houve esta força-tarefa que pressionou quase toda a piscicultura de Paulo Afonso.

Ora, se nós, há mais de 10 dez anos, batalhamos para ser legal e não conseguimos. Fica difícil trabalharmos. Dá entrada e não é resolvido.

Ele levantou essa bandeira conosco desde o ano passado, disse estar ao nosso lado. Deputado, nós lhe agradecemos de coração por esse apoio, porque V.Ex^a foi o único que ficou até hoje, desde que nós iniciamos essa batalha em Paulo Afonso. Gostaria de que os deputados que aqui se encontram se sensibilizassem com isso, porque só nós, que estamos lá, é que sabemos do sofrimento e quanto perdemos por não estarmos legalizados.

Não temos financiamento, não somos reconhecidos em departamento público nenhum, porque somos ilegais. Está escrito na faixa que os piscicultores de Paulo Afonso gostariam plenamente de que V.Ex^a fosse o relator dessa lei, deputado, porque V.Ex^a merece pela luta que tem feito nesse trabalho.

Sabemos que o pessoal da Bahia Pesca esteve em Sergipe semana passada, André e um presidente da associação, e disseram, em Maceió, que 99% das pisciculturas do Estado de Alagoas são licenciadas. E não temos nenhuma licenciada até hoje. Então, gostaria de que tivéssemos o prazer de um dia sermos legais para trabalharmos tranquilos.

Agradeço ao deputado e a todos por esta oportunidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



3037-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. Edson Ribeiro dos Santos

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agradeço pelas palavras. Vocês sabem que podem contar comigo nas dificuldades. Mas teremos algumas notícias boas pela frente.

Ontem, ligamos para a Codevasf, mas deixarei Isaac falar sobre isso, porque é importante. Conversamos com o deputado Mário Negromonte, que estava em Brasília, sobre a questão da unidade de beneficiamento de Xingozinho. O dinheiro está garantido lá, os R\$ 500 mil, para que possamos concretizar esse sonho dos piscicultores.

Esse convênio será assinado na próxima visita do nosso querido presidente Isaac. Mas o sonho de ter a unidade de beneficiamento de Glória não pode morrer, não. O ministro da Pesca, Marcelo Crivella, já nos prometeu fazer essa unidade de beneficiamento também no município de Glória, que é o maior produtor de tilápia da Bahia.

Quero também agradecer a boa vontade de vocês, da associação, dos piscicultores de Lagoa do Junco, os da faixa, sobre a possibilidade de sermos relator. Quero dizer-lhes que não depende de mim, mas do governador Jaques Wagner e do presidente Marcelo Nilo, que está nos assistindo pela *TV Assembleia*, para definir quem será o relator. Mas, se eu for, serei com muito orgulho, baterei no peito e farei o possível para que essa lei venha atender aos anseios dos pescadores e dos piscicultores.

Quero registrar a presença da minha colega, amiga, deputada Fátima Nunes, que é da região sertaneja, e tenho certeza de que irá abraçar essa ideia conosco, nos ajudará, para que essa lei seja regulamentada, que esse projeto de lei venha para a Casa da forma mais séria possível e seja regulamentado.

Quero saudar também John Ribeiro, chefe da residência da Bahia Pesca de Ilhéus, representando toda aquela região, quero parabenizá-lo pelo trabalho, agradeço a sua presença. Da mesma forma a André, que está aqui, é o chefe da Bahia Pesca de Paulo Afonso



e tem feito um grande tralho lá, onde está a maior estação de piscicultura pública do Brasil, graças ao nosso querido governador Jaques Wagner, ao Ministério da Pesca, à presidente Dilma Rousseff, que também nos ajudou nessa luta na Caiçara, onde se está produzindo peixe. Tenho certeza de que tem potencial para produzir muito mais.

Quero abraçar também outros amigos que estão presentes, como Eduardo, estudioso da Bahia Pesca que tem feito um grande trabalho e ajudado muito; e também todo o corpo técnico da Bahia Pesca: Gilvan Lima, gerente de Aquicultura; nosso querido amigo Flávio, subgerente; Pantaleão, outro gerente; Eliana Carla, lutadora que muito contribui nesse processo todo. Agradeço a presença de todos vocês.

Depois registraremos as presenças dos demais amigos.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Passo a palavra ao nosso querido amigo Edson Ribeiro dos Santos, chefe de gabinete do INEMA, que aqui representa esse instituto.

O Sr. EDSON RIBEIRO DOS SANTOS:- Bom-dia a todas e a todos. Como diz o nosso pescador, um bom dia alimentado com um bom caldo de peixe nesta Quarta-Feira Santa para os católicos. Saúdo o presidente desta sessão especial, deputado Mário Negromonte Júnior, e na sua pessoa quero saudar todas e todos os deputadas presentes. Também saúdo o nosso presidente Isaac Albagli – ex-presidente, depois vou dizer o porquê –, que tem nesta sessão um papel fundamental, porque é o órgão de governo responsável pelo fomento e apoio à pesca e aquicultura. E nós, INEMA, buscamos consolidar cada vez mais essa parceria como órgão licenciador da atividade da aquicultura e pesca. Como a pesca é majoritariamente artesanal, ficamos com a tarefa muito maior na demanda da aquicultura.

Saúdo as nossas colegas, pois o INEMA é muito mulher. Não digo isso por educação, não, mas sim porque é a mulher que está assumindo todos os postos, fato que a sociedade durante tanto tempo esperou e espera. E destaco aqui essas companheiras de luta que não se cansam, independentemente da sua carga horária de trabalho. E por que não no órgão ambiental, na política pública, enfim, em todos os espaços da sociedade.

Então saúdo todas as mulheres, todas as companheiras, nas pessoas da coordenadora de Fauna e Aquicultura do INEMA, Taís, e da nossa técnica e grande



colaboradora de todo o esforço da política de pesca e aquicultura do Estado da Bahia, a querida Ana Cristina. Não sei o nome da outra colega. Ao mesmo tempo, saúdo a nossa assessora jurídica da SEMA, que coordena todo o processo de regulamentação das leis de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

Como anunciado pelo nosso deputado, estamos na luta para realmente até o dia 5 de maio – arriscarei a data em nome do nosso secretário: se não 5 de maio, 5 de junho – termos o prazer de vermos a assinatura do decreto de regulamentação das leis estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

Quero também saudar o meu companheiro Orleans, assessor do senador da República Walter Pinheiro. Já me referi às deputadas, mas tem a companheira Fátima presente, minha saudação.

Colegas da Bahia Pesca, pois de 2007 a 2011 fui chefe de unidade do Terminal Pesqueiro e do Escritório Regional de Xique-Xique. Lá é a minha terra. E quero dirigir uma saudação ribeirinha. Estou na capital, mas não sou soteropolitano. Sou beiradeiro pé de lama de Xique-Xique, das barrancas do nosso Velho Chico, e é dessas barrancas que quero trazer uma saudação neste dia, nesta Sessão Especial, e tão especial para todos os pescadores.

Antes de ser gestor de política pública, fui pescador, até os 25 anos de idade, e fui lavrador, lavrar em lameiros, nas ilhas do São Francisco. Talvez minha primeira carteira profissional tenha sido a da pesca. Tirei os documentos, mas não concretizei. Daí para cá, foram uns 20 anos na luta pela reforma agrária, a causa ambiental, passei pela Bahia Pesca e, hoje, chefe de gabinete do Inema, e aqui representamos o nosso diretor geral, Dr. Júlio Rocha Mota.

Parabenizo não só o deputado, mas toda esta Casa Legislativa por essa iniciativa, e falo, deputados e deputadas, da necessidade urgente de integrar esse debate ao grupo de trabalho que já vem trabalhando na minuta da lei que regulamenta a pesca e aquicultura no Estado da Bahia.

Essa iniciativa vem somar num momento oportuno a esse esforço que já está sendo construído por todos os órgãos inerentes à política de recurso pesqueiro no Estado, bem como os federais, assessorado pelo nosso Primeiro Ministro, Fritz, Secretário da Pesca e



Aquicultura do governo do Presidente Lula. Estamos num momento muito oportuno.

Desejo parabéns e me coloco nesse esforço conjunto. A Bahia Pesca, mais do que qualquer outro órgão, tem uma contribuição fundamental, está nesse processo junto com o Inema e os demais órgãos do Estado, como Dr. Isaac está aqui, neste momento, representando nosso Secretário de Agricultura e Reforma Agrária do Estado da Bahia, que tem um papel fundamental nessa construção.

Nós precisamos sair do número. Não falarei de estatística pois isso ficará para a Bahia Pesca, mas falo dos desafios e da necessidade de ter uma regulamentação da lei estadual de pesca e aquicultura.

Quero apenas fazer uma provocação, como bom beiradeiro. Precisamos sair dos números, dos 1.200km de costa marinha, e da nossa metade do território da Bahia de águas continentais, inclusive com a grande contribuição do nosso São Francisco, que ocupa, aproximadamente, 50% do território da Bahia, infelizmente, ao longo desses anos, contribuiu pouco ou muito pouco para uma política efetiva de apoio e fomento à pesca e aquicultura.

Poderíamos falar durante horas sobre a situação dos pescadores, principalmente do São Francisco. Seguro, defeso, apoio, fomento, a questão do apoio à atividade, acesso ao crédito que, infelizmente não temos. As nossas unidades que nasceram e surgiram no São Francisco na década de 80, com os terminais pesqueiros de Sobradinho, Xique-Xique, Remanso, hoje se encontram fechados, mas há um grande esforço da Bahia Pesca, do Governo da Bahia, do Governo Federal, para reestruturá-los como unidade ou interposto para integrar não só a questão da pesca artesanal, mas também a aquicultura.

Não dá, nobre presidente Isaac, para trabalhar. Pelos menos do São Francisco posso falar com certa autoridade, tenho só 45 anos, nascido e convivendo o dia a dia, e hoje colaborando com a política pública, não temos mais, me desculpem se os nossos pescadores discordarem, mas não temos mais a categoria de pescador única e exclusivamente artesanal. Temos, hoje, uma categoria emergente, que é a categoria de pescador e piscicultor, esse piscicultor familiar que precisamos, também, nobre presidente, representante da nossa piscicultura, do maior polo, como já falou o deputado, talvez do Brasil, de tilápia - acho q é, mas vou deixar para a Bahia Pesca. Mas, na Bahia, não tenhamos dúvida de que a situação



que se vive lá impossibilita o acesso ao crédito e o fomento à atividade agrícola, pela ilegalidade que ainda vive.

Compete, sim, a esse órgão, e por isso o esforço de construir a minuta da lei para que esta Casa se baseie tecnicamente na necessidade urgente de se ter a regulamentação da atividade da pesca e da aquicultura.

Conheço bastante esses pescadores e tive a oportunidade, quando gestor da Bahiapescas, de trabalhar com eles por três anos e sete meses, e, é claro, ao chegar em municípios, como Barra, Xique-Xique, Sento Sé, Pilão Arcado, Sobradinho, Remanso, Casa Nova, Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Paratinga, se subirmos um pouco até Minas Gerais, porque conheço o São Francisco da nascente à foz, vamos encontrar o pescador que dirá: não tem mais pesca artesanal, o esforço de pesca é cada dia maior e o estoque está cada mais baixo. Então temos um grande desafio aí, já introduzindo a política, de recuperar o estoque pesqueiro, reestruturar as nossas estações de piscicultura da Bahiapescas para fazer recuperação do estoque pesqueiro, não só nas nossas águas continentais como também em nossos reservatórios, não dá para ter 80Km de canal irrigado no baixio de Irecê, ora para ser implantado por ordem da nossa presidenta Dilma, e não introduzir, e não integrar a piscicultura. Não dá. Miroró está em colapso irrigando banana, poderia estar produzindo peixe.

Então são esses desafios que estou dirigindo ao nosso presidente, à Bahiapescas, órgão responsável pelo apoio e fomento à pesca e à aquicultura em nosso Estado. E tantos outros desafios da política. Não dá para os nossos pescadores viverem do seguro desemprego, porque, na realidade, a maior renda que os pescadores têm hoje – posso falar pelo São Francisco, não tenho conhecimento dos pescadores do Litoral – mas a maior renda que eles percebem é dos quatro meses, os quatro salários mínimos do seguro-desemprego. Esse quadro nós precisamos mudar, esse é o nosso compromisso, um compromisso do órgão ambiental na construção da regulamentação da lei, no licenciamento da atividade aquícola e na formulação também – por que não? já que somos um órgão licenciador e pró-ativos - com a política pública de pesca e aquicultura.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigado e estamos aqui ao inteiro dispor desta Casa Legislativa nesse processo de construção e regulamentação da lei estadual de pesca e aquicultura do Estado da Bahia. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Mario Negromonte Júnior):- Agradeço, Edson, pela contribuição.

(Não foi revisto pelo orador.)

**3038-II****Ses. Esp. 04/04/12****Or. Sidelvan Nóbrega****Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.**

O Sr. PRESIDENTE (Mario Negromonte):- Gostaria de registrar a presença do amigo Manolo, gerente de Ibirataia; Benedito José, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Ibirataia; Vicente Pereira Barros, presidente da Associação de Pescadores e Criadores de Peixes de Sítio do Tará; Manoel Carlito, presidente da Associação APEAG, de Valença; Reginaldo Salvador, presidente da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores; Aguinaldo Santos, presidente da Associação de Xingozinho; Osvaldo Pereira de Araújo, presidente da Associação de Pindobaçu; Carlos Alberto Oliveira Pereira, diretor-presidente da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-2 de Itapagipe; José Clóvis Pereira da Silva, presidente da Associação dos Piscicultores de Malhada Grande e Cleonaldo Pereira dos Santos. Quero saudar a presença da turma de Paulo Afonso. Ronilson Sales do Nascimento, presidente da Associação Comunitária de Cachoeira Grande, o deputado e querido amigo Sidelvan Nóbrega, do PRB, partido do nosso querido ministro da Pesca, para quem gostaria de fazer uma saudação muito especial. Acho que ele entrou com muita vontade, já veio aqui e eu queria deixar registrado o agradecimento a Márcio Marinho, ex-presidente. Agora vamos ter em nossa Casa o presidente do partido, José de Arimatéia, também nosso amigo querido.

Quero anunciar aqui que vamos formar, depois desse trabalho, a Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia para tratar, junto com a Bahia Pesca e com outros órgãos, SEMA e Inema, sobretudo essa questão da regulamentação. Vamos estar, eu, Cacá Leão, Sidelvan e José de Arimatéia formando essa frente parlamentar e ajudar vocês nessa discussão da regulamentação da pesca. Quero agradecer, querido amigo, pela presença e contribuição, tenho certeza que vamos daqui pra frente tocar a diversas mãos essas questões da pesca, sobretudo as que envolvem a Assembleia Legislativa.



Quero também agradecer ao querido amigo, deputado Leur Lomanto Júnior, por estar aqui conosco nesta discussão, é de fundamental importância a sua contribuição para este debate, Leur, porque precisamos avançar e muito na celeridade da regulamentação da pesca e aquicultura. Tenho certeza que podemos contar com seu apoio.

Peço *vênia* aos amigos para que os Srs. Deputados que estão aqui e queiram fazer uso da palavra logo, por terem outros compromissos, posso pedir licença à Mesa e quebrar o protocolo.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Concedo a palavra ao nosso querido amigo, deputado Sidelvan Nóbrega, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Trabalhadores, presidentes de associações, quero, deputado Mário Negromonte Júnior, parabenizá-lo por esta discussão nesta Casa e, com isso, saúdo todos os membros da Mesa em seu nome. Tenho certeza que através dessa Frente Parlamentar, vamos ter a oportunidade de conduzir juntos com o ministro, nosso amigo senador Crivella, porque ele tem um olhar, podemos dizer, carinhoso para com a Bahia. Ele tem um projeto social importantíssimo na área de Irecê, que é a Fazenda Canaã e um carinho especial pela Bahia. Tenho convicção disso e sei que ele vai se empenhar ao máximo para que possamos fomentar, crescer e desenvolver a pesca e aquicultura em nosso Estado.

Queria fazer uso da palavra para parabenizá-lo por esta sessão, por esta iniciativa tão importante. Acredito que a Bahia precisa desenvolver em um momento em que ela cresceu em seus índices, mas ainda precisa regulamentar muita coisa para os nossos trabalhadores. Quero parabenizar também o nobre colega Isaac da Bahia Pesca, que tem feito um trabalho excelente. Tivemos a oportunidade de conversar algumas vezes.

Quero dizer que este assunto vai estar sempre em pauta aqui, através dos deputados Mário Negromonte Júnior, José de Arimatéia, Cacá Leão e de todos que estão engajados nesta luta. Quero parabenizá-lo por esta sessão tão importante de poder aglutinar a Bahia inteira hoje neste Plenário.

Um abraço a todos. (Palmas)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Muito obrigado pela participação, deputado Sidelvan.

(Não foi revisto pelo orador.)



3039-II

Ses. Ord. 04/04/12

Or. Isaac Albagli

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Gostaria de registrar a presença de um grande contribuidor para a pesca, que hoje está na CAR, nosso amigo Marco Rocha, conhecedor profundo da questão da pesca e da aquicultura e um contribuidor das nossas discussões.

Quero agradecer, presidente, por mais um investimento da Bahia Pesca em atendimento ao pedido do nosso deputado federal Mário Negromonte.

Sidelvan Nóbrega, um dos motivos para que o ministro viesse à Bahia foi o Centro Vocacional Tecnológico Territorial do Pescado, lançado pela Bahia Pesca, com um investimento de R\$ 5,6 milhões, para capacitar os pescadores na região de Santo Amaro.

Esse é um trabalho maravilhoso. Estão de parabéns o presidente e todo o corpo técnico da Bahia Pesca. Tenho certeza de que isso vai ser de fundamental importância para todos vocês.

Parabéns, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Com a palavra o presidente, meu querido amigo Isaac Albagli.

O Sr. ISAAC ALBAGLI:- Bom dia a todos!

Quero, inicialmente, saudar o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, que está sendo representado pelo deputado Mário Negromonte Júnior; o deputado Mário Negromonte Júnior e parabenizá-lo por esta importante sessão especial, que está tratando da área ambiental, da pesca e, especialmente, da aquicultura; o deputado Cacá Leão e os demais presentes à Mesa; Emílio, vice-presidente da Federação dos Pescadores, que representa o José Carlos da Pesca, um baluarte e grande batalhador da causa da pesca e da aquicultura; e o nosso querido Edson, que, eu diria, é da casa, é da Bahia Pesca.

Aproveito esta oportunidade para nomeá-lo embaixador da Bahia Pesca junto ao



Inema. A partir deste momento ele já fica com essa delegação. É muito importante a presença dele na equipe do Inema.

Quero saudar, também, o nosso querido deputado Sidelvan Nóbrega, e dizer que recebemos com muito carinho a visita do ministro Marcelo Crivella, senador, e fazer-lhe justiça pelo seu pronto atendimento às reivindicações da Bahia.

Eu disse de público em algumas oportunidades que assuntos que estavam patinando há 90 dias no Ministério da Pesca o ministro em apenas um dia resolveu. Ele tomou conhecimento do assunto, chamou a assessoria jurídica do ministério e mandou resolver um assunto que estava há 90 dias patinando.

Isso demonstra o carinho que ele tem pela Bahia. E demonstrou isso na visita que fez. Nós temos certeza absoluta de que a Bahia vai ganhar muito com a presença do senador Marcelo Crivela no Ministério da Pesca.

Nós vamos, evidentemente, avançar, porque ele tem o espírito da desburocratização – senti isso de imediato. Ele quer ver as coisas caminharem, andarem dentro da lei, mas também fazer com que o ministério não fique com o olhar voltado apenas para o Sul do País. Na primeira audiência que tive com ele, disse-lhe: “Ministro, olhe para o Nordeste, especialmente para a Bahia.” E no segundo dia após a sua posse eu já estava batendo em sua porta, com a cuia na mão, pedindo recursos para a Bahia.

Para que o Brasil cresça nessa área, para que aumente a produção é preciso olhar para o Nordeste, que tem ampla capacidade de crescimento e um clima favorável para a aquicultura. A maioria dos senhores aqui presentes são aquicultores e sabem que temos um manancial hídrico muito importante.

Então, a Bahia, eu diria, é a bola da vez na área da aquicultura no Brasil, porque nós temos tudo para acontecer.

Temos um grande caminho a percorrer. Essa área tem crescido bastante. Nos últimos 3 anos a aquicultura da Bahia já cresceu quase 200%. Isso demonstra que estamos no caminho certo, que os investimentos que estão sendo realizados têm retorno, resultado. O companheiro Bolinha, de Pindobaçu, começou, no ano retrasado, com cinco toneladas de



peixe; no segundo ano, já estava com 15 toneladas e, agora em março, já está em 11 toneladas. A resposta acontece.

Saúdo os deputados presentes e, depois, os deputados que tiveram de se ausentar: Elmar Nascimento e Joacy Dourado; o vereador Isnar Araújo que também esteve aqui presente; os assessores e servidores da Bahia Pesca presentes neste evento; Venessa Lima representando aqui a procuradoria jurídica do Inema, junto com o Edson; Marcos Rocha, da CAR; deputados Luiza Maia, Maria Luiza Laudano, Deraldo Damasceno, Leur Lomanto Junior e querida Fátima Nunes, ela é também um pouco ilheense como eu sou; o representante do senador Walter Pinheiro, Orleans e, principalmente, vocês, aquicultores e pescadores, a quem me dirijo com mais amor.

Gostaria, inicialmente, de dizer que os problemas existem. Aqui nesta sessão, meu caro presidente Mário Negromonte Júnior, nós não vamos tratar de política pesqueira, porque não teríamos o tempo necessário para isso. Evidentemente, ainda não existe uma política pesqueira – como Edson falou e tem toda razão – uma política do setor de pesca e aquicultura consolidada, mas já existe a semente. E isso é importante. Para tudo, é preciso dar o primeiro passo em todas as ações que são desenvolvidas.

Nós não podemos, de forma nenhuma, esquecer ou nós não podemos, de forma nenhuma, negar – vocês, principalmente, aquicultores e pescadores – de que há um avanço significativo a partir do governo de Jaques Wagner.

Assumimos a Bahia Pesca acerca de três anos e encontramos muita coisa já feita por este governo. Mas sabemos, sem dúvida nenhuma, que muito temos a fazer. Na verdade, estávamos no zero, pois poucas ações eram desenvolvidas antes. Então temos a convicção de que, por mais que se faça – e o Edson disse isso com muita propriedade – parece aquelas caixa de lenço de papel que você puxa um e vem o outro. Você acha que resolveu e já vem outro junto e não se resolve nunca, porque o setor é carente e precisa ser trabalhado.

Mas, especificamente sobre a área ambiental, justamente o tema desta sessão especial, sabemos, perfeitamente, de todas as dificuldades que existem. Sabemos que existem empresas como a Bahia Pesca, uma empresa de fomento, que está junto com o aquicultor e



com o pescador. Por outro lado, nós não podemos desconhecer os problemas que existem nesta área.

Sabemos de todos eles. Sabemos da burocracia que existe para se conceder uma licença ambiental. Somos solidários, porque já tivemos várias reuniões com os representantes do Inema que, antigamente, se chamava IMA e CRA, secretários de Meio Ambiente. Enfim é um trabalho diuturno que a Bahia Pesca faz, ou seja, que o governo faz dentro do próprio governo para que as coisas caminhem de forma mais célere.

Mas nós temos de reconhecer que existe uma lei, uma legislação maior que acaba barrando certas ações que a gente pensa que podem ser rápidas, mas acaba tendo um problema maior lá adiante. Então eu anotei alguns pontos com a representante do Inema, pois conversávamos, aqui, um pouco antes.

Hoje, para se tirar uma licença ambiental simplificada, é preciso ter o CCIR, é preciso ter o ITR, é preciso ter um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, é preciso ter uma averbação de reserva legal.

Em suma, são tantos os pedidos e são tantas as coisas que a legislação lá de cima exige. Vejam bem, isso não é uma invenção do estado, não é uma invenção do Inema – é preciso deixar isso muito claro – mas é tanta documentação, é tanto pedido que acaba se tornando inviável se trabalhar em termos de celeridade em legislação ambiental.

Então esta lei que, hoje, está sendo discutida, que está sendo concebida pelo governo do Estado e que tem a presença e a participação da Bahia Pesca, é uma lei que está sendo trabalhada por especialistas. Foi dito aqui que o ex-ministro da Pesca José Fritisch, que é consultor da Secretaria do Meio Ambiente, está dando todo o suporte legal para que essa lei possa vigorar o mais rapidamente possível. Nós temos que encontrar mecanismos para que ela seja a mais branda possível. É possível ter mecanismos de autolicenciamento onde couber, é preciso que haja essa agilidade, que haja essa agilidade na municipalização. Na verdade, a municipalização existe, mas os municípios não estão capacitados, então, eles não têm Conselho de Meio Ambiente e fica muito difícil um município pequeno ter uma licença ambiental tirada pelo município porque ele não tem a estrutura necessária, a estrutura que a lei exige para conceder aquela licença ambiental. Acaba caindo nas costas do Inema para que



ele conceda a licença ambiental, e o Inema, por sua vez, está atrelado a uma lei maior, e nisso acaba se criando toda a dificuldade. Evidentemente, o esforço do governo é muito grande para que esse quadro mude. É preciso que vocês entendam que o governo do Estado, através da Secretaria do Meio Ambiente e da Secretaria da Agricultura, e aqui eu quero dizer que o secretário Eduardo Salles, que manda um abraço para todos vocês e não está aqui presente porque tinha um agendamento pronto no município, pois ele está fazendo o programa da Seagri Itinerante, no interior do Estado, faz um esforço muito grande, junto com o secretário Eugênio Spengler, para que essa lei saia do papel e possa ser votada aqui na Assembleia.

A partir do momento que em essa lei seja sancionada e entre em vigor, não haverá, é claro, um milagre, não se pode dizer que de uma hora para outra se vai ter uma licença ambiental, porque ainda assim haverá amarras. É preciso que essa lei, ilustre procuradora, seja a mais simples possível para evitar um conflito futuro, como bem disse o deputado Mário Junior, com o Código Florestal que vem aí. Um artigo dessa lei que amanhã possa criar uma dificuldade terá de ser revogado, será um trabalho maior para que nos enquadremos nessa legislação que virá do Código Florestal. Então, é preciso que a lei olhe o futuro, e não apenas o presente, porque nós teremos evidentemente alterações nessa legislação, principalmente com relação ao Código Florestal, que está para ser votado a qualquer momento. Nós não podemos dizer se ele será assim ou assado, mas já existe uma ideia do que vai ocorrer. Muitos problemas existem e temos que separar muito bem nessa legislação o que pode o Inema conceder na legislação e aquela parte que ele não pode.

O Rio São Francisco é um rio federal porque percorre vários Estados. Ele nasce em Minas Gerais, entra na Bahia, passa por Pernambuco, Alagoas, Sergipe, enfim, um licenciamento ambiental na sua área só pode ser concedido, em princípio, pelo Ibama. Claro que o Ibama pode delegar ao Estado, e para isso a legislação tem de estar pronta para recepcionar essa delegação. É preciso que se olhe isso com carinho. Eu não sou jurista para estar dando palpite jurídico, mas é preciso que se veja uma forma de recepcionar bem essa delegação, porque talvez essa seja a solução para que as coisas caminhem melhor. Quando dizem que no Estado de Alagoas, por exemplo, consegue-se liberar a licença ambiental com rapidez. Não é só a licença ambiental, não. Há outorga de água, há uma série de mecanismos



nesses processos que acabam burocratizando o setor, e em alguns Estados eles são mais ágeis porque possivelmente já há uma legislação em andamento. Então, é preciso separar esse tipo de licenciamento, e para isso nós já conversamos com o ministro Marcelo Crivela, solicitando que se criasse o parque aquícola do território de Itaparica.

Talvez com isso o problema seja resolvido definitivamente, porque o licenciamento ambiental nesse caso seria único, ou seja, seria para o parque aquícola e não para cada aquicultor ou piscicultor individualmente. E ele prometeu examinar isso com atenção, até porque já estão trabalhando esse assunto no Ministério da Pesca em relação a outros parques aquícolas. E destaque-se que essa é uma reivindicação formulada, inclusive, pelo próprio governador ao ministro Marcelo Crivella no dia da visita dele à Bahia.

Esse é um assunto que se torna prioritário neste Estado. Sabemos que aquela região é a maior produtora, mas não podemos esquecer as outras. Há regiões que não precisam do licenciamento federal, mas é preciso haver uma legislação ágil para que não aconteça o problema que hoje vocês estão enfrentando, já que não existe financiamento bancário.

O aquicultor inicia, mostra que tem capacidade e potencial de crescimento, mas na hora em que bate na porta do banco – a exemplo do Banco do Nordeste, que tem recurso de sobra para essa área –, só poderá ser atendido se ele tiver licença ambiental. Sem isso não há qualquer possibilidade de conseguir.

Sendo assim, evidentemente é preciso encontrar esses caminhos e desburocratizar o máximo possível, claro que dentro de certo limite, porque o INEMA não pode fazer milagre. Sabemos que existe atenção desse órgão e os seus técnicos têm boa vontade. Vemos ali a Ana, que é bastante esforçada e sai às carreiras quando há algo urgente para resolver. Ela tem muito boa vontade, mas sempre é amarrada pela legislação superior vigente.

Então, Sr. Presidente, essa discussão aqui na Assembleia Legislativa é muito importante para que a lei da Bahia, como V.Ex^a disse muito bem, possa servir de exemplo para o Brasil; possa ser a melhor lei ambiental na área da aquicultura e da pesca do Brasil. Temos certeza de que isso irá ocorrer, porque ela está sendo feita com muito carinho.

Nos dias 12 e 13 ocorrerão as oficinas para ouvir mais vocês. E esta sessão especial na Assembleia Legislativa é muito importante para que possamos ouvir de cada um



os problemas que estão ocorrendo. E assim os deputados tomem conhecimento. A maioria deles não compareceu porque alguns tiveram problemas, mas tomarão conhecimento do que foi discutido aqui. Tudo que vocês estão colocando será do conhecimento deles para que a lei possa ser votada com celeridade, com rapidez, para que possamos ter essa legislação, que, com certeza, será um marco para o nosso Estado.

Para encerrar, quero apenas dizer que essa discussão é necessária. Não se pode aprovar jamais uma lei desse porte sem ouvir vocês aquicultores. Temos certeza de que a partir do momento em que essa lei estiver em vigor as coisas irão caminhar com mais facilidade.

Estava expondo para a procuradora a questão da APP, com a necessidade de se ter um depósito na beira do rio para ração. Um depósito pequeno de 20 ou 30 m² e, talvez, uma guarita para vigilância.

Pela legislação atual isso não é possível, mas é preciso dizer que essa lei não irá resolver essa questão. É necessário que vocês entendam que existe uma lei maior que proíbe. Mas a partir dessa discussão terão de ser buscados os mecanismos, junto ao governo federal, para que tenhamos as exceções para esses casos, porque não é justo. Ou então vamos ter que colocar um depósito em cima de uma balsa?! Em uma balsa pode, e é muito pior, porque não há como se fazer. Mas pela legislação atual poderia haver uma balsa com ração, mas economicamente é inviável, você não tem como.

Então é uma área muito pequena, uma área que se pode abrir exceção, sei, e volto a dizer, que a legislação atual não permite, mas esperamos que agora com o Código Florestal existam brechas ou se regulamente esse tipo de atividade e que a nossa legislação possa recepcionar o que virá do Código Florestal para que não haja conflito depois, em que o Código Florestal permite, a lei Maior permite, mas a Bahia está restritiva. Então, é preciso ter muita atenção para não criar nenhuma amarra que possa depois dificultar o setor.

Então, encerro aqui as minhas palavras parabenizando vocês, bravos agricultores, bravos pescadores, dizer que teríamos talvez aqui o dia todo para falar da política pesqueira do Estado, da política aquícola do Estado, que está em expansão. A Bahia cresceu mais de 50% nos últimos cinco anos nesse setor; os terminais pesqueiros de Ilhéus e Salvador já estão



para ser inaugurados, e virá outro no Extremo-Sul. Então a Bahia passa a ter, definitivamente, condição de crescer o setor de pesca, não somente a pesca artesanal como também a pesca oceânica, e dar esse salto significativo.

Na área da aquicultura, o esforço tem sido muito grande para que as estações de piscicultura funcionassem. Nós saímos de uma capacidade de quinze milhões de alevinos por ano para sessenta e cinco milhões de alevinos que hoje é a capacidade de produção da Bahia Pesca. Somente no ano passado entregamos cerca de trinta e cinco milhões de alevinos, distribuímos. Então esse é um número muito significativo. E este ano vamos fazer um esforço muito grande para entregar, praticamente, dentro da nossa capacidade de produção.

Então, isso mostra que estamos caminhando corretamente, porque acreditamos na atividade, acreditamos no setor, sabemos que ele vai crescer muito e, é claro, que a legislação ambiental é a base de tudo isso. Não adianta termos todo esse esforço, vocês terem todo esse esforço, se não tivermos uma legislação ágil, uma legislação que possa dar segurança jurídica para vocês aquicultores e pescadores.

Muito obrigado e parabéns, presidente, pela sessão especial. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3040-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. Fátima Nunes

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura. proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Eu gostaria de agradecer, presidente Isaac, pela sua contribuição, pelo seu trabalho. Serei repetitivo aqui dizendo que precisamos crescer muito ainda em termos de terminais, o senhor sabe disse, o governador sabe disso, nós temos buscado isso, incrementar esse setor da pesca marítima, deixar de ser artesanal, porque temos um potencial muito grande.

O Emílio falou muito bem aqui, precisamos é agora. Estamos debatendo a legislação, tenho certeza que o governador vai priorizar essa questão dos terminais, fazer a pesca marítima, inclusive vou conversar com o senador Walter Pinheiro e com a senadora Lídice da Mata para que possam nos ajudar com os recursos federais que são repassados, toda a bancada federal, para que possamos disponibilizar e direcionar recursos específicos para a pesca, para os terminais pesqueiros e para a questão da pesca marítima, precisamos ampliar isso; e outras ferramentas para a pesca e para a piscicultura. Quero agradecer ao Isaac pelo trabalho.

Antes de passar a palavra à Dr^a Vanessa, quero dizer que a nossa querida amiga, sertaneja, deputada Fátima Nunes, está participando do nosso debate e precisa sair. Ela chegou ao meu ouvido e disse que precisava sair porque está com uma audiência na Secretaria da Educação. Então, vou, sem mais delongas, passar a palavra, pelo tempo que for necessário, à deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Bom dia a todos e a todas! Na verdade, o sol já está pendendo para a tarde, mas como não houve almoço ainda, é bom dia.

Quero saudar todos que compõem a Mesa na pessoa desse corajoso jovem, o deputado Mário Negromonte Júnior. Acho que nós todos, o nosso presidente da Bahia Pesca e nosso representante do Inema, nós todos que já temos os cabelos mais grisalhos, ficamos muito felizes quando percebemos, quando sentimos a energia da juventude para dar



continuidade a esse tempo bom que o Brasil, a Bahia e os nossos municípios estão vivendo, porque todos nós aqui sabemos que há bem pouco tempo, antes era diferente. A Assembleia Legislativa era mais fechada, os movimentos sociais não podiam dar seu grito de guerra na cidade, os movimentos estudantis eram reprimidos, às vezes até por bala de borracha... Então, era um tempo diferente. Hoje, temos essa grande oportunidade: a cidadania, a democracia e o pensamento de desenvolver a Bahia com igualdade de oportunidade para todos e todas.

Certamente, é por essa razão que esse nosso companheiro deputado Mário Negromonte Júnior tem essa alegria, essa felicidade de realizar hoje esta sessão especial para debater a pesca, uma atividade produtiva, importante na economia baiana e que envolve milhares de pessoas, seja na pesca artesanal, seja na pesca mais especializada chamada de aquicultura, seja no oceano, seja nos rios, seja nos açudes – e eu faço uma referência aos açudes do Dnocs, onde fui diretora e conheço muito bem os pescadores de todos esses açudes, e essa atividade tão produtiva e tão importante na vida de homens e mulheres que logo cedo se atiram nas águas para trazer o pão para a sua mesa e para a mesa de tantas pessoas, e um pão tão saudável, um alimento tão saudável que, às vezes, a gente chega num mercado popular, põe a mão num peixe e pergunta “qual é o preço?” E ao ouvir a voz do vendedor, alguns ainda pechincham “será que não dá para ser mais barato? Olha, o peixe estava lá na água, a água criou de graça, e você traz pra cá por esse preço?” Ainda escuto isso, apesar de não ser pescadora, mas tenho muitas amigas pescadoras no Açude de Adustina, no Açude de Cocorobó, no Açude de Itiúba, no Açude de Anagé...

Então, essa atividade valiosa, tão valiosa para esse alimento tão saudável, nós acabamos de ouvir do representante da Bahia Pesca e do representante do Inema e de outros também... Essa é a razão desta sessão hoje, porque nós na Bahia, 512 anos de Bahia, portanto, há muito tempo, algumas pessoas já viviam aqui da caça e da pesca, mas ainda não temos uma legislação que se adéque à nossas realidades.

Vejam que tempo bom. Estamos aqui para fazer essa legislação, ou seja, todos vocês, os homens e as mulheres deste Brasil, organizados nas diversas comunidades. Parabenizo a todos e todas que fazem parte das associações, das colônias, dos grupos, dessa



categoria de pescadores e de tantas outras que construíram essa oportunidade de ter um Brasil dirigido por um trabalhador, que criou uma secretaria, um ministério, agora conduzido por uma mulher, uma primeira mulher presidenta do Brasil que, certamente, a cada dia pensa em todos mas não esquece das mulheres pescadoras. E aqui na Assembleia Legislativa, aqui no governo do Estado o nosso governador Jaques Wagner, nós aqui na Assembleia Legislativa, percebendo esse empenho de muitas mãos, valiosas cabeças pensantes para construir uma legislação que vem para esta Casa do jeito que precisamos. Então, isso aqui é a revelação, deputado Mário Negromonte Júnior, – Parabenizo V.Ex^a por essa oportunidade – de que este Estado, que muitas vezes falamos na praça pública e nos debatemos com ele a cada dia, não foi feito por nós e nem para nós, mas não é um Estado perdido. Por que? Porque há pessoas e há políticos eleitos pelo povo que se colocam à disposição para transformar, para fazer este Estado do jeito que queremos. Aqui, na Mesa, o deputado Cacá Leão e os outros deputados que já foram citados, que passaram aqui, têm esse compromisso.

O Dr. Isaac Albagli fez uma observação muito correta. Como disse a nossa procuradora, componente da Mesa, foi em bom tempo essa observação, porque temos um calhamaço de leis tão grandes e todas elas foram feitas com as melhores das intenções pelos que passaram no governo, nas assembleias, nas procuradorias mas muitas delas dificultam e muito a ação concreta do que precisamos agora. Então, essa lei que está sendo construída... Quero fazer uma referência também ao deputado Marcelino Galo que, hoje, teve um compromisso mais distante e não pode estar presente, porque ele também trouxe essa preocupação por ter sido diretor da SEAP. Quando muitos processos estavam na ponta final para assinar algum convênio e beneficiar algum pescador, aparecia um parecer da Procuradoria exigindo coisas contidas na legislação que de fato terminava não concretizando aquele recurso pequeno para beneficiar determinado grupo.

Então, estamos todos nós, hoje, de parabéns, porque viemos aqui, deixamos essa manhã da quarta-feira santa, da quarta-feira do peixe para tratar do peixe, para tratar da pesca, das águas, das florestas e dos recursos naturais tão importantes que muitas vezes exaurimos. Nós estamos vivendo, no semiárido, um período muito crítico, de longas estiagens.



Eu gostaria que o Dr. Albagli colocasse como uma nota de preocupação que vamos fazer nesses quatro, cinco meses com os nossos pescadores de açude... Eles precisam ter um seguro emergencial, uma contrapartida de órgãos públicos. Eu já propus a Setre, eu já propus o Ministério do Trabalho que o seguro fosse ampliado, porque são quatro meses que os açudes não tem, realmente, água para desenvolver a pesca artesanal e muito menos os tanques-rede que estavam lá colocados.

Então, é uma quantidade grande, todos têm o cadastro por conta do seguro-defeso. Espero, que a gente possa colocar nesses dias essa preocupação, além de concluir os projetos que estão em andamento para facilitar e agilizar a produção e o apoio aos pescadores que estão nas águas continentais, no Rio São Francisco e em outros rios da Bahia.

Parabéns. Muito obrigada pela oportunidade. Também estaremos presentes nas outras reuniões das comissões que ocorrerão nos outros dias para levar essas preocupações e para contribuir com as nossas ideias e os nossos sentimentos de que, cada vez mais, os pescadores que põem o pão tão sagrado na mesa precisam receber da nossa parte, da parte do governo leis que favoreçam a chegada dos recursos públicos para desenvolver com mais facilidade e com maior rendimento as suas atividades.

Parabéns. Muito obrigada a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3041-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. Vanessa Lima

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Junior):- Agradeço, nobre deputada, pela sua contribuição. Quero dizer que a questão do cadastramento já foi debatida, inclusive sugerimos que fosse delegado ao Estado, já que o Estado está disponibilizando investimentos para esse cadastramento acontecer. Acredito que o governo do Estado da Bahia tem mais estrutura, inclusive para fiscalizar tudo isso e não cometer algum engano de conceder seguro-defeso para quem não é pescador. Então, acho que é por aí. Vamos avançar, acredito que seja essa a solução, o cadastro, mas existem outras sugestões que serão colocadas e analisadas.

Vamos ouvir agora a procuradora, Dr^a Vanessa Lima, representante do Secretário do Meio Ambiente, Eugênio Spengler, pelo tempo de até 10 minutos.

A Sr^a VANESSA LIMA:- Boa-tarde a todos!

Gostaria, primeiramente, de agradecer pelo convite que foi feito ao secretário do Meio Ambiente para participar desta sessão, e pedir desculpas em nome dele porque não pôde comparecer em virtude de um compromisso, uma audiência. E quero saudar todos na Mesa e todos os presentes.

A Sema - Secretaria do Meio Ambiente, a Seagri, pela Bahia Pesca, e o Inema já vêm trabalhando sobre essas normas, tanto da pesca quanto da aquicultura. Temos duas pessoas no Inema que já estão há muito tempo trabalhando sobre isso, que são Ana e Taís; na Sema, temos a Bibiana; e também o pessoal da Bahia Pesca. Estão todos aqui.

Estamos tentando formular, criar essa lei de forma que possa, realmente, ser utilizada, que possa ser efetiva – por isso essa união entre a Bahia Pesca, Inema e a Sema –, para que, realmente, ela venha a facilitar para todos a sua utilização.

Quanto à municipalização, queria só fazer um adendo: no ano passado foi sancionada pela nossa presidente a Lei Complementar nº 140, que definiu as competências comuns dos entes federativos. Temos um grande questionamento quanto à aquicultura de



forma geral. Nela foi definida o que se pode trabalhar nos estados, na União e nos municípios, e não cabe aos municípios trabalharem com implantação no que concerne a larvas e ovos, por isso o problema com a municipalização desse tipo de empreendimento.

Mas lembro aqui que o nosso secretário do Meio Ambiente é, desde a época do Ministério, um dos grandes incentivadores da descentralização, da municipalização. Mas nós ainda estamos com esse problema quanto a aquicultura.

Quanto ao Código Florestal e a APP, realmente está em discussão se a APP - Área de Preservação Permanente vai ser definida nos estados ou se vai ficar definida no Código Florestal. Ainda há uma grande discussão lá em cima e nós, estados, ficamos aguardando essa definição. Esperamos que seja favorável, principalmente para a Bahia.

Quanto à LAC, o nobre deputado colocou sobre a fiscalização. Independentemente disso, os municípios têm o dever de fiscalizar, não apenas o Estado. Mas estamos tentando trabalhar de forma, independentemente de ela ser eletrônica, a que possamos, de fato, pontuar quais são os locais, não só facilitando para que o empreendedor possa obter a licença de forma mais ágil, mas que também tenhamos essa informação e possamos organizar todos os nossos empreendimentos na Bahia sabendo que temos. Hoje, temos um certo atraso sobre essas respostas. A intenção da LAC é, realmente, ter essa resposta mais ágil.

Quanto ao cadastramento, colocado aqui tanto por V.Ex^a quanto por outros deputados, realmente o cadastramento também está previsto nessa minuta de lei que virá para a Assembleia. Isso é algo que está sendo muito pedido até pela Bahiapisca. Enfim, dentro da minuta, está sendo acordado isso juntamente.

Acho que, no mais, é isso, ou seja, quanto aos esclarecimentos e quanto ao que foi pedido, vamos tentar, realmente, trabalhar. Estamos criando uma união muito boa entre os dois lados, porque, de um lado, há a Bahiapisca tentando fomentar este desenvolvimento; por outro lado, temos um problema, realmente, legal sobre todos esses licenciamentos. Mas é esta união que vai tentar criar uma lei onde possamos favorecer a todos de uma forma legal.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3042-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. Cáca Leão

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mario Negromonte Júnior):- Agradeço à Dr^a Vanessa. Reitero de fundamental importância que haja a municipalização da licença ambiental para que a LAC funcione. É fundamental que ela trabalhe junto, que se tenha licença ambiental no município e a LAC fazendo este trabalho com a Internet, vocês tendo esses dados na Sema e o município fazendo este encontro de contas com a Bahiapescas nessa questão é fundamental.

Gostaria muito de que a senhora passasse isso para nosso querido secretário Eugênio, pois ele sabe, inclusive, já, desta questão. Falei com ele. Mas vamos lá, depois, na Frente Parlamentar, junto com Cacá Leão, debater sobre esta questão. Isso é crucial. A senhora vai nos ajudar nesta questão. Os aquicultores estão ali esperando que a senhora ajude nesta questão da municipalização e do encontro de contas com a LAC.

Gostaria de passar a palavra ao nobre deputado Cacá Leão que fará parte da Frente Parlamentar pelo tempo que achar necessário.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Sr. Presidente, nobre deputado proponente desta sessão, Mário Negromonte Júnior, queria saudar também o querido amigo presidente da Bahiapescas, este velho companheiro da cidade de Ilhéus, Isaac Albagly, saudar meu querido amigo Jorge Figueiredo, também diretor da Bahiapescas, a quem tenho a honra de ter no rol dos meus grandes amigos. Sou amigo do filho dele. Ele é um pouquinho mais velho do que eu, mas tenho a honra de ser amigo do filho dele e conviver em sua casa. Sei da sua paixão e do seu amor pelo trabalho que faz, Jorge.

Querida Dr^a Vanessa, procuradora da Sema, representando, aqui neste evento, o nobre secretário Eugênio Spindler; querido José Carlos, vice-presidente da Confederação dos Pescadores; Emílio, Edson Ribeiro, chefe de gabinete do Inema, querido companheiro da cidade de Xique-Xique, também beiradeiro da região do São Francisco como eu, pois faço política não só na cidade de Xique-Xique, mas também na cidade da Barra, ali na região de



Ibotirama e na cidade de Lauro de Freitas também, onde há uma colônia de pescadores.

Falarei pouco aqui por causa do adiantado da hora. E pescador/aquicultor/psicicultor acorda cedo. Tenho certeza de que todo mundo, como eu aqui, e o deputado também Mário Júnior acordamos cedo. Então a gente já tá com fome.

Vamos falar pouco aqui e ser direto no assunto. Meu intuito é lhe parabenizar pelo seu trabalho que vem fazendo nesta primeira audiência pública que visa a discutir a PL que é a regulamentação da pesca e aquicultura no estado da Bahia. V.Ex^a está de parabéns. Eu utilizo da sua consultoria quando uso do tema.

E está chegando aqui ao lado o nosso querido companheiro, presidente do PRB, na Bahia, deputado José de Arimatéia, que também estará conosco nesta Frente Parlamentar para discutir esse projeto de lei, que, com certeza, trará bastante benefícios para todos que estão aqui hoje.

Quero parabenizar vocês pela força de vontade e pela luta que, com certeza, está começando, no dia de hoje, estamos dando o pontapé inicial no dia de hoje, a luta será árdua, e tenho certeza absoluta, Dr^a Vanessa, que contaremos com a sua contribuição, a contribuição da Procuradoria, que fará o possível para que este sonho se torne realidade, muito em breve.

E no mais, agradecer a vocês, colocar o nosso mandato à disposição e, com certeza, deputado Mário Negromonte Júnior, deputado José de Arimatéia e deputado Sidelvan Nóbrega, nós, nessa Frente Parlamentar, ao colocarmos essa discussão e colocarmos para trabalhar, tenho certeza absoluta que contaremos com o apoio da Bahia Pesca, da Secretaria de Agricultura, do Inema, da Sema, lutando para transformar esse sonho em realidade.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3043-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. Jairo Batista Reis

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agradeço ao deputado Cacá Leão pelas palavras, pela contribuição nesse debate, vamos ainda ampliá-lo e levar à frente essas discussões com a Sema e com a Bahia Pesca.

Registrar aqui a presença do novo presidente do PRB, motivo de muito orgulho para nós, deputados estaduais, termos, aqui nesta Casa, agora, um presidente do Partido. Quero, deputado José de Arimatéia, fazer um registro aqui dessa importância, para nós, até porque o nosso ministro da Pesca, hoje, é do seu Partido, o nosso querido senador Marcelo Crivella, e tenho certeza que V.Ex^a haverá de contribuir muito, nessa Frente Parlamentar que nós estamos, agora, criando, para ajudar com sugestões à Sema, ao grupo de trabalho que foi criado pela Sema, a Bahia Pesca, pelo Inema, pelo governo do Estado, para criar, como eu estava dizendo aqui, a melhor lei de licenciamento ambiental da pesca e aquicultura do Brasil. Então, acho que é uma difícil tarefa para todos nós, e me coloco nessa meta audaciosa aqui, falada pelo nosso querido Isaac Albagli.

Nós temos aqui um Regimento que temos que cumprir, fui chamado à atenção pelo horário. Então, houve aqui a assinatura de três oradores e nós vamos cumprir o Regimento, sob pena de ter um puxão de orelhas do nosso presidente, deputado Marcelo Nilo, e a gente não ter mais esse espaço maravilhoso, que está repleto de pescadores e piscicultores para debatermos. Mas, essa é só a primeira sessão, e pelo Regimento as pessoas precisam ser inscritas. Já temos o primeiro orador inscrito, Jairo Batista Reis, presidente da Colônia Z-67, representando aqui os pescadores e contribuindo para esse debate.

Com a palavra, então, o Sr. Jairo Batista Reis, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. JAIRO BATISTA REIS:- Bom-dia a todos e a todas. Quero agradecer ao deputado Mário Negromonte Júnior pelo convite que fez à Colônia dos Pescadores e Aquicultores Z-67, do Subúrbio Ferroviário, em Paripe. E quero dizer que essa é uma luta



muito grande que ele vai enfrentar, e também colocar que é preciso olhar para os pescadores artesanais que vivem nessa região. São pequenos aquicultores que não têm condições de estarem no mar, mas estão enfrentando vento, chuva e mar para trazer o pão de cada dia para seus familiares, e enfrentando dificuldades para vender um pouco os seus produtos.

Hoje, na Semana Santa, não temos muito o que dizer como pescadores, porque está difícil a gente montar o pescado, por falta de embarcações e outras condições para buscarmos o pescado.

Falar também que nessa lei deveria entrar a ajuda às marisqueiras, que são umas sofredoras também. Hoje em dia todos os manguezais são tomados, as áreas onde elas pescam realmente estão sendo degradadas, e não estamos encontrando mariscos para trazer para o sustento da família.

Então, queria ver se, realmente, o deputado colocava um jeito de surgir em defesa dessa marisqueira, pelo menos para descansar um pouco a terra, e esses mariscos crescerem um pouco para conseguir uma renda para esses familiares.

Outra coisa também, quero agradecer a todos os 40 deputados aqui presentes nesta Casa, pela primeira vez reunidos falando em nome da pesca. Alguns tempos atrás, não via isso, hoje estou vendo. Acho que é um passo bastante importante para nós, pescadores artesanais.

Outra coisa: a Bahia Pesca, pelo seu incentivo, o presidente vem trabalhando, o governo do Estado vem trabalhando com o pescador. Mas precisa investir mais um pouco para que a gente tenha um dia mais digno, uma sexta-feira Santa com mais pescado em mãos e com uma vitória que realmente a gente vem lutando há tanto tempo para ter.

Em nome da Colônia de Pescadores, desejo que seja relator dessa lei ambiental de pesca o deputado Mário Negromonte Júnior. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3044-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. Cleonaldo Pereira Santos

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Obrigado, Jairo, pela sua contribuição. Acho que a gente vai avançar ainda mais na questão da pesca. A questão dos marisqueiros envolve a aquicultura, que vai ser objeto de apreciação neste debate com o grupo que foi criado para poder debater a pesca e aquicultura, que está inclusa a marisqueira, está incluso o piscicultor. Vamos analisar a questão do seguro-defeso, que depende também do entendimento com o governo federal. São questões um pouco mais amplas, mas podemos também debater.

Quero chamar para fazer uso da palavra Cleonaldo Pereira dos Santos, presidente da Associação dos Pequenos Aquicultores da Malhada Grande, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. CLEONALDO PEREIRA DOS SANTOS:- Boa-tarde a todos, boa-tarde ao deputado Mário Negromonte Júnior, ao presidente Isaac Albagli, Marco Rocha, André Lima, de Paulo Afonso, Eduardo...

Queria fazer das palavras de Feitosa as minhas, e de antemão queria também muito que o deputado fosse o relator da lei. Queria só informar mais uma vez, deputado Mário, referente a nós, que estamos lotados no Mona do São Francisco, já mandamos nosso documento para o Inema. Recebi uma notificação no último dia 15/02/2011, pedindo que fossem mandadas as cópias para o ICMBio para que desse o aval, para que a licença fosse liberada.

Fizeram a visita, pagamos a taxa de R\$ 880. Só que eles não têm plano de manejo para dar esse aval, e estamos à mercê de uma diretoria que está em Cabedelo, na Paraíba. É certo, mas não é justo, a Bahia estar à mercê de uma diretoria que está na Paraíba. Queria que você revisse esse caso e falasse com os deputados federais, para que agilizem esse lado para a gente. Era o que tinha a dizer e muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3045-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. José de Arimatéia

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura. proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Muito obrigado, Cleonaldo. Vou pedir a cópia do documento, já estou com Edson aqui e já vou despachar com você essa reivindicação, para que o Inema possa se manifestar depois.

Como estive aqui o representante dos pescadores e dos piscicultores, vamos aqui também abrir espaço para mais um inscrito. Será o último orador, pelo avançado da hora, e quero e me desculpar com os demais.

Mas antes nós vamos abrir uma exceção para nosso querido deputado, presidente do PRB e também representante da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura, que está sendo criada para ajudar a contribuir para o debate da regulamentação da pesca e aquicultura, nobre e querido amigo José de Arimatéia, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Vou ser rápido.

Bom-dia a todos e a todas, quero saudar a Mesa na pessoa do deputado Mário Negromonte Júnior. Vim aqui só para parabenizá-lo por essa iniciativa. O deputado Sidelvan Nóbrega, há pouco tempo, ligou para mim. Eu estava numa audiência e tive que correr para ratificar o meu apoio a essa iniciativa.

O ministro da Pesca Marcelo Crivella quando aqui estive pela primeira vez, já como ministro, ao desembarcar disse que é o ministro da Bahia. Isso, realmente, mostra o compromisso que ele terá com o Estado da Bahia nas questões da pesca e da aquicultura.

Como presidente do Partido eu jamais poderia ficar de fora desse trabalho que sei que vai ser de muita importância para todos os pescadores, para toda essa gente que tem lutado, que se tem esforçado e precisa do reconhecimento e da valorização daquilo que faz. São trabalhadores que, realmente, precisam de uma atenção especial.

Um homem como o ministro Marcelo Crivella que já tem experiência porque trabalhou na África por mais de 15 anos, sabe as dificuldades que enfrentou naquele



continente e que enfrentará aqui no Brasil, principalmente quando se fala dos pescadores e dos aquicultores.

Então quero parabenizá-los. E podem contar com esse deputado, com o Partido Republicano Brasileiro e, com certeza, com o ministro Marcelo Crivella.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3046-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. Eduardo Rodrigues

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Obrigado deputado.

Gostaria de passar a palavra para Eduardo Rodrigues, técnico da Bahia Pesca, pelo tempo de 3 minutos, para fazer aqui o balanço de algumas ações, algumas questões da parte técnica. O Isaac falou muito bem, mas acredito que o Eduardo pode complementar.

Com a palavra o nosso querido amigo Eduardo Rodrigues pelo tempo de até 3 minutos.

O Sr. EDUARDO RODRIGUES:- Bom-dia a todos.

Eu queria agradecer o espaço de poder contribuir nesta sessão e dizer que as falas que foram apresentadas hoje já convergem bastante para o trabalho que a gente já vem fazendo conjuntamente com o Inema, mas faltou uma questão que deveria ser colocada aqui, é um assunto que o produtor, ao chegar na Bahia Pesca, questiona bastante. Trata-se das excessivas taxas que são cobradas. Temos que trabalhar isso com um pouco mais de carinho nessa nova normativa.

Para se ter uma ideia, o produtor para um projeto de piscicultura simplificado em tanque rede, só de taxas, paga em torno de 3.100 a 3.500 reais. São taxas para licenciamento simplificado, para outorga, para publicação da outorga, para captação, para lançamento de efluentes. Então o pequeno produtor fica prejudicado com a questão das excessivas taxas.

Não sei como a gente vai trabalhar isso, como a gente vai desonerar esses produtores. Mas é preciso criar alguns critérios que possam estabelecer até que nível se pode colocar essas taxas, se o pequeno está isento, até o médio. A gente tem que rever isso. Eu queria que a gente trabalhasse com mais atenção nesse ponto de vista.

É basicamente isso que a gente vem passando lá. O produtor busca a Bahia Pesca e questiona bastante: Por que essas taxas? O pequeno produtor, por ciclo, às vezes, tem uma lucratividade de 12 mil reais. E aí ele terá que deixar logo 3 mil de cara em taxas que ele tem



que pagar, é quase 30% em cima do lucro líquido que ele teria que pagar de licenciamento para essa atividade.

É só para colocar esse questionamento que surgiu aqui quando o companheiro Cleonaldo falou das taxas. Estou colocando a questão do licenciamento aqui no Estado, quando se vai para outra esfera ainda tem taxas e mais taxas para serem pagas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



3047-II

Ses. Esp. 04/04/12

Or. Vereador Jaques Cantorio

Debate para a Regulamentação Estadual, Diretrizes e Procedimentos da Pesca e Aquicultura. proposta pelo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agradeço, Eduardo, realmente essa questão das taxas é outra reclamação dos piscicultores e precisa ser apreciada. Estava conversando com a Dr^a Vanessa e ela me passou alguns dados técnicos que caberia a questão de envolver o governo federal. Peço, Dr^a, que depois possa encaminhar para nosso gabinete todos esses dados técnicos para que a gente possa transmitir para eles algumas dessas respostas e ter esse feedback e começar a avançar. Inclusive, devido ao adiantado da hora não podemos fazer esse debate aqui com perguntas e respostas, mas vamos ter outros momentos para isso.

Para representar inclusive e prestigiar os outros poderes aqui presentes, o poder legislativo municipal e também representantes da piscicultura na região do Sobradinho, está inscrito aqui, concedo a palavra ao vereador Jaques Cantorio pelo tempo de 3 minutos, que seria o último inscrito, para depois, concluirmos os nossos trabalhos aqui.

O Sr. VEREADOR JAQUES CANTORIO:- Bom-dia a todos os presentes, deputado Mário Negromonte Júnior; deputado Cacá Leão, Sr. Isaac Albagli, presidente da Bahia Pesca; deputados aqui presentes, Sr. José Carlos, da Associação dos Piscicultores de Paulo Afonso, sei que sua lida, sua luta é árdua porque conheço a piscicultura em Sobradinho, somos representantes, o deputado nos deu esse privilégio de estar lá trabalhando com os piscicultores; Edson Ribeiro, do Inema; Emílio, da Federação de Pescadores, venho com muito orgulho e prazer representar o município de Sobradinho, município que tem uma larga condição de explorar o pescado, hoje chamamos de um elefante adormecido.

Temos problemas como vocês em Paulo Afonso e as cidades ribeirinhas do São Francisco têm, que é justamente a licença ambiental. Como Paulo Afonso, estamos vendo os outros estados entrando no rio e beneficiando os seus piscicultores, lá em Sobradinho vemos os grandes empresários saindo do Estado de Pernambuco, da Bahia também, invadindo o São



Francisco, porque tem as condições financeiras de agilizar, de colocar tanque e rede no rio, enquanto os pequenos produtores e os pequenos pescadores não têm.

Vimos também pedir mais incentivos, e esses incentivos não estão chegando, porque não temos a licença ambiental. Há órgãos que financiam os pequenos produtores, mas por conta da licença ambiental está ficando a desejar. Enquanto isso, os grandes estão crescendo dentro do rio e vejo em breve, como aconteceu nos grandes projetos agrícolas, os produtores, os cidadãos e os pequenos serem meros trabalhadores para os grandes, enquanto estavam lá e podiam estar executando o pescador, a cultura de criar e tirar seus recursos financeiros para dar condição financeira a seus filhos de sobrevivência, e também gerando emprego e renda, vão ser apenas trabalhadores ganhando um salário mínimo.

Então, a gente vem, Dr^a Vanessa, invocar a senhora e dizer que trabalhem muito mais, aos deputados que trabalhem muito mais. Acho, deputado Mário Negromonte, que a saída é a municipalização mesmo; é estar lá pertinho dos moradores, dos pescadores e dos piscicultores para dar essa licença. Desse modo teremos condições de produzir mais pescados, gerando emprego e renda.

Quero também agradecer e parabenizar o deputado pela iniciativa. É um jovem trabalhador, tenho fé e me orgulho de ter votado em V.Ex^a.

Quero dizer aos ouvintes desta sessão, aos gabinetes, que busquem uma forma para que esse jovem deputado venha a ser o relator ou até mesmo o presidente dessa comissão. Com ele, teremos a certeza de que esses pleitos que foram feitos aqui por todos os presentes e as outras demandas dos pescadores e piscicultores vão ser atendidas.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-02****Ses. Esp. 04/04/12**

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Obrigado, vereador Jaques Cantoril, pelo apoio ao nosso nome e por estar contribuindo para a regulamentação da pesca. Como falei, essa é uma questão que vai ser analisada posteriormente pela base do governo, mais precisamente pelo deputado Marcelo Nilo. Qualquer coisa, vá ao gabinete dele, bata na porta e faça esse pedido lá.

Queria agradecer a todos vocês, Isaac, Vanessa, Edson, Feitosa, Emílio, Jorge Figueiredo; aos representantes da Bahia Pesca na Bahia toda; aos pescadores, piscicultores; ao representante do nosso querido senador Walter Pinheiro, que ficou aqui desde o começo até agora ouvindo, anotando. E Walter, do jeito que é estudioso, vai pegar essas anotações e fazer um pronunciamento na tribuna do Senado.

Fico feliz ao ouvir que é a primeira vez que temos esta discussão numa sessão especial desta Casa. Jairo Batista disse que é a primeira vez que ele vem para uma discussão como esta, para se debater a regulamentação da pesca e da aquicultura de uma forma geral aqui na Assembleia Legislativa, a Casa do Povo baiano.

Sinto-me muito orgulhoso de trazer esta sessão especial para debater alguns pontos importantes para o crescimento desse setor que, para algumas regiões, é grande alento econômico. A região de Paulo Afonso nem precisa dizer, porque ficou muito clara aqui a potencialidade das regiões que beiram o Rio São Francisco. Há ali um potencial imenso para que possamos ajudar a economia dos municípios e do nosso Estado.

Presidente Albagli, você e a nossa querida Vanessa sabem que um dos pontos a ser enfrentados é a questão da municipalização, com a LAC, abordando a questão do cadastramento, para assim melhor atender o Seguro Defesa, incluindo as marisqueiras nesse seguro. Como também outros encaminhamentos, como o problema das taxas para os projetos dos piscicultores, aquicultores e marisqueiros, de uma forma geral.

Vanessa falou comigo que alguns desses pontos precisam ser alinhavados com o governo federal. Vamos fazer essa discussão; já temos audiência marcada com o ministro da



Pesca e vamos informar tudo isso ao governador Jaques Wagner. Viajei com ele na semana passada, quando lhe disse que faria esta sessão. E ele me incentivou, na medida em que sabe da nossa potencialidade, sabe que precisamos avançar nesse tema dos terminais, sabe que o pescador artesanal precisa se tornar um pescador marítimo, com estrutura, pesca industrial, porque temos um grande potencial.

Tenho certeza de que avançando agora na legislação, seremos, futuramente, com esse aparato legal, porque não adianta Emílio vocês fazerem pesca e Feitosa fazer piscicultura, sem uma segurança jurídica, sem legalidade. Isso é muito complicado.

Não pode fazer investimento, porque a qualquer momento pode perder tudo que está sendo investido ali. Este é o primeiro ponto.

Obviamente, que as políticas públicas precisam dar *pari passu* a isso também. O governo estará observando de perto essas questões e é por isso que Isaac Albagli tem acompanhado todas essas questões do grupo de trabalho que estão sendo feitas, e passando também essas diretrizes na questão da lei.

Esse é o desafio, volto a dizer, que estamos colocando aqui, de criar uma lei para regulamentar a pesca e aquicultura no Estado, mas não só isso, fazer a melhor lei do Brasil para esse setor.

E tenho certeza que, com fé em Deus, com o empenho de vocês, de todos nós, dessa frente parlamentar que estamos criando agora, para discutir e ajudá-los, vamos conseguir. É importante que os deputados, representantes do povo, estejam nesta discussão, tenho certeza de que o grupo de trabalho abrirá espaço para essa frente parlamentar para que, a partir de agora, possamos ajudá-los nessa discussão, e possamos fazer justiça a muitos pescadores e piscicultores que estão sofrendo há alguns anos com essa falta, sobretudo nessa questão da licença ambiental.

Agradeço imensamente a vocês por esta participação. Volto a dizer que esta semana é uma semana muito importante para vocês, maravilhosa, que possamos ter o milagre dos peixes, que se multipliquem, e que vocês tenham o retorno garantido e merecedor.

Um abraço. Vamos à luta! Que essa lei se torne realidade no nosso Estado e que seja feita justiça a vocês.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Declaro encerrada a presente sessão especial.